

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NA
DISTRIBUIÇÃO E NO CONSUMO DOS ALIMENTOS EM CABO VERDE

MARIA DE LURDES SILVA PIRES

RECIFE

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIA DE LURDES SILVA PIRES

**GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS
NO CONSUMO DOS ALIMENTOS EM CABO VERDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

RECIFE

Agosto 2007

Pires, Maria de Lurdes Silva

Globalização e agricultura: um estudo sobre as mudanças na distribuição e no consumo dos alimentos em Cabo Verde. – Recife: O Autor, 2007.

139 folhas : il., gráf., tab., mapas.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2007.

Inclui: bibliografia e anexos.

1. Consumo - Alimentos. 2. Globalização. 3. Agricultura. 4. Segurança alimentar – Desenvolvimento. 5. Cidade da Praia – Cabo Verde (capital) I. Título.

**553.61
549.6**

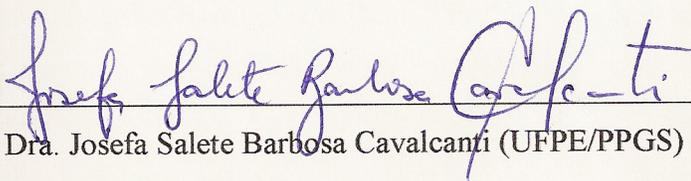
**CDU (2. ed.) UFPE
BCFCH2007/6
CDD (22. ed.) 6**

MARIA DE LURDES SILVA PIRES

**GLOBALIZAÇÃO E AGRICULTURA: UM ESTUDO SOBRE AS MUDANÇAS NA
DISTRIBUIÇÃO E NO CONSUMO DE ALIMENTOS EM CABO VERDE**

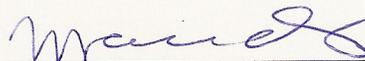
Dissertação aprovada em 14 de agosto de 2007

Banca examinadora composta pelos professores:



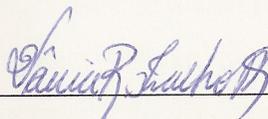
Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (UFPE/PPGS)

Orientadora



Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE/PPGS)

Membro Interno



Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE/PPGA)

Membro Externo

A meu querido Pai que se foi. Tenho certeza que minhas vitórias são tuas vitórias, onde quer que estejas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar aos meus familiares por tudo o que fizeram por mim durante esses anos em que permaneci fora do meu país prosseguindo os estudos.

À minha mãe querida peço desculpas por ter estado ausente durante muitos anos das nossas vidas. Obrigada pelas bênçãos, pelas orações a Deus em meu nome, pelo amor incondicional.

Aos meus tios Amaro da Luz e Nena, por tudo que me proporcionaram até esta data. Espero que meu esforço para prosseguir os estudos seja uma satisfação para eles. Serei eternamente grata a esses tios queridos.

Agradeço a minhas irmãs e primos maravilhosos pelo apoio, carinho incentivo e amor verdadeiro. Especialmente agradeço a meu primo Amaro Alexandre da Luz (Junior) pela paciência, carinho e apoio nos momentos difíceis.

Agradeço a minha grande amiga Ana Raquel Freire (Dui) pelo apoio dado a mim em Cabo Verde durante a pesquisa de campo. Realmente a sua ajuda foi de grande importância para a realização deste trabalho. Enquanto técnica do Ministério da Agricultura Ambiente e Pesca, aportou materiais importantíssimos que me ajudaram a pensar melhor sobre o problema; agradeço pela nossa amizade de oito anos.

Agradeço a minha grande amiga Stella Rocha pela amizade sincera e verdadeira, pelo apoio e carinho desde que nos conhecemos em 1999 no curso de graduação em Ciências sociais. Sem o seu apoio e incentivo dificilmente este trabalho teria sido realizado. À família Rocha expresse meus sinceros agradecimentos pelo carinho com que sempre me acolheu em sua residência em vários momentos. Sentirei saudades.

Agradeço ao grupo de pesquisa Globalização e Agricultura orientado pela professora Salete, especialmente a Wanessa Nascimento, Gustavo Dias, Ana Cristina Belo, Paula Guerra e Edson Urbano pelo companheirismo, e por estarem sempre dispostos a ajudarem seja na análise dos dados seja na elaboração dos trabalhos.

Sou grata aos meus amigos de turma que iniciaram o mestrado em 2005. Especialmente queria agradecer a Géssika Cecília, Camila Dias, Camila Pimentel, Michely Andrade, Manuela Galvão, Lívia Valença e Marcos Dornelas pela parceria e amizade.

Aos funcionários e professores do PPGS da UFPE pelo apoio recebido em todos os momentos. Especialmente gostaria de agradecer aos professores Remo Mutzemberg, Eliane Veras, Nazareth Wanderley não só pelos ensinamentos, mas também pelo carinho recebido durante o curso. Nossos caminhos muitas vezes tornam-se menos tortuosos com um pouco de afeto e carinho.

Agradeço a fundação CAPES e ao governo Brasileiro pela bolsa concedida a mim durante os dois anos do curso de mestrado. Sou grata pelo acordo que o Brasil mantém com Cabo Verde que tem ajudado a formar muitos profissionais.

Em Cabo verde agradeço ao presidente do Instituto Nacional de Estatística senhor Francisco Tavares pelas informações disponibilizadas.

Aos funcionários da biblioteca Nacional pela ajuda na obtenção da bibliografia.

Agradeço aos meus informantes que de forma paciente me receberam nos seus espaços para as entrevistas. Suas observações foram extremamente úteis para compreender vários aspetos do problema levantado.

Agradeço aos meus amigos e colegas também estudantes Africanos em Recife, pela amizade e carinho. Especialmente queria agradecer a Euclides Cabral por ter disponibilizado os meios técnicos (computador, impressora) colaborando grandemente para a realização deste trabalho. Agradeço também a Gelsa Vera Cruz pela amizade sincera e pelo apoio dado a mim durante esses dois anos de curso, momentos extremamente difíceis da minha vida. Agradeço a Nélida Rodrigues e Clélia Pires, pela amizade e companheirismo especialmente no primeiro ano do curso quando dividimos apartamento, angústias e alegrias. Agradeço a Aig Issy pelo apoio dado para a realização deste trabalho.

Agradeço imensamente à minha orientadora professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti que durante sete anos orientou meus projetos sempre incentivando, persistindo para que eles fossem realizados da melhor forma. Agradeço pela confiança depositada em mim quando resolvi fazer o mestrado, sua ajuda foi de fundamental importância para a realização do presente trabalho. Sou grata não só pela sua extrema competência como professora, mas também pela humildade e carinho com que trata os seus orientandos. Espero que a nossa parceria não seja interrompida com o término do mestrado e que os meus projetos futuros tenham sempre que possível o seu apoio. Obrigada por tudo professora.

RESUMO

Este trabalho busca compreender as mudanças ocorridas no consumo de alimentos em Cabo Verde da segunda metade da década de 1990 até 2005, mudanças essas acentuadas pelo processo de globalização. Cabo Verde é um país que sempre enfrentou dificuldades relativas à sua fraca base produtiva. O clima, associado à exigüidade dos solos, bem como fatores históricos comprometem seriamente a produção alimentar. A situação alimentar no país, em termos gerais, é caracterizada por um déficit estrutural da produção nacional, em particular de cereais que compõem a base da dieta alimentar dos cabo-verdianos. Para atender à demanda de alimentos o país dependeu sempre da importação e da ajuda alimentar internacional. Na atualidade essa situação sofreu algumas mudanças decorrentes do processo de liberalização das importações, pelo qual a oferta local de alimentos passou a contar com uma maior variedade de produtos oriundos do exterior. Com base em dados secundários e no trabalho de campo, realizado no segundo semestre de 2006, e considerando os fatores internos e externos, o objetivo geral do trabalho é compreender essas mudanças e suas implicações para a segurança alimentar. O trabalho de campo focalizou o consumo alimentar de famílias de classe-média, residentes na cidade da Praia, capital do país, visto serem estas as que têm melhor oportunidade de acesso a esses bens. Especificamente, analisa algumas facetas da globalização dos alimentos e suas implicações para o desenvolvimento e segurança alimentar de um país insular, Cabo verde.

Palavras-chave: Cabo Verde, globalização, consumo, agricultura, segurança alimentar.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to understand changes in the consumption of food in Cabo Verde, as from the second half of 1990 to 2005 decade, considering that part of the greater than ever changes in the eating habits of its population are influenced by the globalization process. Cabo Verde is a country that has always faced difficulties in agriculture and food production, given her weak productive base. Its climate associated with the scantiness of the soils, alongside historical factors, critically compromised food production and food security. Nourishment in the country is generally characterized by a shortage, because of a weak national production structure, particularly in the case of cereals which constitute the Cape Verdian's staple food. In order to attend to nourishment demands, the country always depended on importation and international food aid. Nowadays, some new changes took place, as a consequence of the liberalization process; as a result of importation, the local food supply started to depend on a wide variety of original products from other countries, although only accessible to a small fraction of its population. Based on empirical evidences, secondary sources, and considering the internal and external factors that are contributing to this course of changes, the general objective of this work is to understand its implications for food security. The fieldwork is based on interview with heads of middle-class families', especially those from the city of Praia, the country's capital, and direct observation of local supermarkets. Those families, because of their class background have easier access to new variety of products. Specifically this dissertation is aimed at understanding aspects of the globalization of food and its implications for development, as well as for food security, focusing on an insular country, Cabo Verde.

Key-Words: Cape Verde, globalization, food consumption, agriculture, food security

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - Agricultura e Consumo de Alimentos em Cabo Verde: Perspectivas	
Metodológicas.....	5
O Problema	5
Metodologia e Trabalho de Campo.....	16
CAPÍTULO II - Globalização e globalização dos Alimentos. Perspectivas teóricas .	23
Em torno do processo de globalização.....	23
O caso dos Agroalimentos	27
Globalização num pequeno Estado Insular.....	33
Algumas abordagens sobre a questão do consumo.....	36
CAPÍTULO III - CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PAÍS.	
DESCOBERTA, POVOAMENTO E AGRICULTURA.....	40
Características físicas.....	40
População.....	43
Características políticas	47
Características Econômicas e Sociais	48
Antecedentes históricos: povoamento e agricultura	52
Agricultura Hoje	63
Constrangimentos ao aumento da produção agro-alimentar.....	77
Vulnerabilidades atuais da agricultura Cabo-Verdiana	79
CAPITULO IV - Histórico e Mudanças no Consumo de Alimentos em Cabo Verde.	
.....	82
Tradição e consumo	82
Da Independência á atualidade.....	86
Mudanças no consumo com a liberalização da Importação.....	91
Mudanças no consumo e Emigração.....	105
Consumo Local: Entre a tradição e os novos hábitos de consumo	110
O Fascínio pelos novos produtos e a vulnerabilidade do país. Questão para as políticas de Segurança Alimentar	113
Considerações Finais	115
Bibliografia	121

**ANEXO I - PÁGINAS DE ROSTO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS
ANALISADOS**

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

**ANEXO III – NÚMEROS ANUAIS DA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS
ALIMENTÍCIOS**

ANEXO IV- FOTOS DO SUPERMERCADO VISITADO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1. Mapa de Cabo Verde

Mapa 2. Mapa da África

FIGURA 1- -Cabo Verde-Repartição de terra Arável

LISTA DE TABELAS

TABELA I - Cabo Verde-Total de ajudas em gênero recebidas de 1995 a 2000

TABELA II - Cabo Verde-Ajuda alimentar em cereais recebida pelo país de 1995 a 2000

TABELA III - Identificação dos informantes

TABELA IV - Cabo Verde-Característica físicas das principais ilhas

TABELA V - Cabo Verde-Evolução da população

TABELA VI - Cabo Verde-Proporção da produção agrícola e alimentar na estrutura do
PIB

TABELA VII - Cabo Verde-Evolução da produção de sequeiro

TABELA VIII - Cabo Verde: Áreas irrigáveis e potencialmente irrigáveis de

TABELA IX - Cabo Verde: Evolução da produção de Regadio em toneladas

TABELA X-Cabo Verde-Evolução das capturas de peixe

TABELA XI - Cabo Verde-Evolução do emprego direto nas pescas

LISTA DE SIGLAS

A.I.M.O - Alta Intensidade de Mão-de-Obra

ANSA - Agência Nacional de Segurança Alimentar

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BAD - Banco Africano Desenvolvimento

CNSA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CIC - Companhia de Investimentos e Cereais

CPLP - Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa

DECRP - Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza

DSA - Diagnóstico de Segurança Alimentar

EMPA - Empresa Pública de Abastecimento

EUA - Estados Unidos da América

EU - União Européia

FAIMO - Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nation

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

G7- Grupo dos 7

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPH - Indicador de Pobreza Humana

ISVAF - Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias

MAAP- Ministério da Agricultura Ambiente e Pescas

MCA - Millenium Challenge Account

MOAVE - Moagem de Cabo Verde

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM - Objetivos do Milénio

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAICV - Partido Africano Independência Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM - Programa Alimentar Mundial

PIB - Produto Interno Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNSA - Programa Nacional de Segurança Alimentar

TACV - Transportes Aéreos Cabo Verde

TNC - Transnational Corporations

USAID - United States Agency for International Development

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca compreender as mudanças ocorridas no consumo de alimentos em Cabo Verde, considerando o período compreendido entre a segunda metade da década de 1990 e dezembro de 2005. É a partir de 1990 que novos produtos começaram a aparecer no mercado nacional oriundos de vários países, em grande quantidade e variedade, transformando os hábitos de consumo das famílias, concomitantemente à incorporação à dieta alimentar. Essas mudanças acentuadas pelo processo de globalização dos alimentos põem em questão o lugar da agricultura na produção de bens de consumo e o seu papel na segurança alimentar. Em suas linhas gerais, a proposta de dissertação está vinculada ao tema do meu trabalho de conclusão do curso de graduação em Ciências Sociais que enfatizou a temática dos novos hábitos de consumo no contexto da globalização dos alimentos (Pires, 2003). Um dos objetivos daquele trabalho foi identificar as mudanças ocorridas nas formas de produção e circulação dos alimentos e analisar como as inovações tecnológicas introduzidas no sistema agroalimentar passaram a garantir a circulação de mercadorias, abastecendo mercados e satisfazendo consumidores do Norte, residentes longe dos locais de produção, e suas implicações para os consumidores dos países do Sul. Procuramos especialmente analisar o impacto dessas mudanças nos hábitos de consumo dos alimentos, considerando esse novo processo de globalização.

O aprofundamento desse tema visa oferecer uma contribuição significativa ao campo teórico e empírico da sociologia da agricultura e dos alimentos.

Visto ser ainda um assunto pouco explorado no que diz respeito aos países da África, e principalmente a Cabo Verde, este trabalho pretende contribuir para a identificação e sistematização das profundas mudanças que se operaram mais recentemente nos hábitos alimentares de uma parte significativa da população cabo-verdiana.

Compreender as recentes e bruscas mudanças ocorridas nas últimas décadas no universo alimentar cabo-verdiano é de importância fundamental visto que o mapeamento das transformações na agricultura e no consumo pode contribuir com a elaboração de políticas em áreas cruciais como regulamentação setorial, segurança alimentar, e novos hábitos do consumidor.

O tema que proponho como estudo deverá ser útil a grupos de pesquisa, gabinetes de planejamento, como também a instituições acadêmicas que visem compreender esse processo de circulação dos alimentos, segundo padrões e estratégias de regulamentação, principalmente no que toca a serviços das autoridades da agricultura, comércio e regulamentação do abastecimento e consumo alimentar.

Considerando as seguintes hipóteses: O desempenho da agricultura em Cabo Verde deve-se às características climáticas, assim como, aos aspectos históricos e políticos do seu povoamento. A situação de dependência do país a Portugal influenciou sobremaneira na seleção dos alimentos e hábitos de consumo de sua população. As principais mudanças ocorridas no consumo dos alimentos em Cabo Verde, nos últimos 10 anos, são decorrentes do processo de globalização dos alimentos e dos seus impactos locais. Para respondê-las apresento os seguintes questionamentos:

Quais são as características históricas da agricultura e do consumo de alimentos em Cabo Verde? De que maneira essas características influenciaram nos hábitos de consumo locais?

Quais são as mudanças recentes observadas no campo da alimentação no país, considerando-se o processo de globalização?

De que maneira a importação de alimentos contribui para mudar a produção agrícola e os hábitos de consumo da população estudada?

Quais os impactos dessas mudanças nos hábitos alimentares de uma parte da população cabo-verdiana e na segurança alimentar do país?

Esses questionamentos orientam a construção desta dissertação a qual está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o problema geral da pesquisa e discutimos a metodologia adotada ao longo do trabalho assim como as técnicas utilizadas na obtenção de dados. Esses dados foram adquiridos através de entrevistas com determinados chefes de família de um bairro cabo-verdiano da cidade da Praia visando compreender através das suas apreciações, as mudanças ocorridas no consumo de suas famílias. As entrevistas foram realizadas durante um período de trabalho de campo realizado no ano de 2006. Complementam as observações feitas, análises de documentos oficiais sobre a questão da agricultura e consumo de alimentos em Cabo Verde.

No segundo capítulo fazemos uma revisão de perspectivas teórico-metodológicas que orientam a dissertação. Uma revisão da literatura sobre a globalização dos sistemas agro-alimentares oferece elementos para explorar o caso singular do consumo alimentar em Cabo Verde, um país estruturalmente dependente de exterior para suprir as necessidades alimentares da sua população.

No terceiro capítulo fazemos uma caracterização geral do arquipélago de Cabo Verde analisando aspectos físicos, econômicos e sociais permitindo ao leitor um conhecimento mais aprofundado do país como também sobre a construção do problema da pesquisa, nas suas especificidades. Procuramos contextualizar a problemática estudada analisando alguns aspectos históricos do desenvolvimento do país nomeadamente o povoamento, os alimentos e a agricultura. O uso de tal estratégia revelou-se necessária na medida em que nos permitiu a compreensão de vários aspectos que envolvem a questão agrícola cabo-verdiana desde a colonização Portuguesa até os dias atuais. Procuramos evidenciar os vários fatores que foram responsáveis pela fraqueza da produção agrícola de Cabo Verde, que de certa forma contribuíram para os problemas enfrentados quanto à alimentação e que levaram o país a recorrer à importação e à ajuda internacional para suprir as necessidades alimentares básicas dos seus habitantes.

No quarto capítulo concluímos a análise dos resultados obtidos pela junção das perspectivas que orientaram a coleta e análise de dados, com base num diálogo entre a teoria e a pesquisa empírica. A partir da análise da questão do consumo agro-alimentar, evidenciamos com base em referências empíricas, como esse processo que vem ocorrendo em Cabo Verde, desde a época colonial, vem adquirindo, porém uma nova configuração nos tempos atuais. Para compreender tal processo, focalizamos consumidores de um dos bairros, denominado de Meio da Achada, parte da cidade da Praia, capital do país. Os resultados obtidos revelam aspectos da problemática da globalização e dos seus impactos no consumo de alimentos em Cabo-Verde, um caso singular dos impactos locais da globalização, ao tempo em que propõem questionamentos para os planos e ações de segurança alimentar no país.

CAPÍTULO I - Agricultura e Consumo de Alimentos em Cabo Verde: Perspectivas Metodológicas.

O Problema

Cabo Verde é um país que desde sempre enfrentou dificuldades relativas à sua fraca base produtiva. Segundo dados do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2002-2005), a principal causa da fraqueza da produção nacional deve-se à situação geográfica do país. O clima, a exigüidade dos solos bem como as formas inadequadas de ocupação dos mesmos, no período da colonização, comprometeram seriamente a produção alimentar do país. A situação alimentar, em termos gerais, é caracterizada por um déficit estrutural da produção nacional de alimentos em particular de cereais que constituem a base da dieta dos cabo-verdianos.

A alimentação cabo-verdiana está vinculada à história da colonização do país; foi obviamente influenciada pelos portugueses uma vez que seus hábitos alimentares também viajaram nas naus. Segundo Lopes Filho (1993), nos primórdios do povoamento, essa alimentação aproximava-se daquela que os portugueses transportaram para as novas terras.

O regime alimentar seguido em Portugal na época dos descobrimentos era composto basicamente de pão alvo, carne, peixe, legumes e frutas para os mais abastados, enquanto que o pão escuro, vinho frutos, constituíam as monótonas refeições da maioria dos camponeses. (LOPES FILHO, 1993, p. 183).

A partir dos contatos com outros continentes, os hábitos dos portugueses foram modificando-se com a introdução de novos produtos na sua alimentação. Com a

descoberta do caminho marítimo para a Índia, por exemplo, generalizaram-se as especiarias, que devido ao seu aroma e paladar rapidamente foram introduzidos nos pratos portugueses enriquecendo-os e transformando-os. *Sendo esta a forma como o português se alimentava na época dos descobrimentos, terá sido, portanto, esta que levou para Cabo Verde quando se estabeleceu nas ilhas* (LOPES FILHO, 1993, p. 186).

Quando chegaram a Cabo Verde os portugueses depararam-se com problemas para manter seus hábitos, principalmente os alimentares, porque encontraram o arquipélago desabitado e sem os produtos que estavam habituados a consumir. Tentando solucionar as carências relacionadas com a alimentação e a dieta, introduziram novas culturas nos territórios cabo-verdianos, as quais, para muitos autores, não seriam as mais adequadas ao clima e ao solo do país.

Percebe-se, portanto que os problemas que o país enfrenta em termos de produção alimentar são derivados não só das dificuldades climáticas e da exigüidade dos solos, mas também das políticas coloniais inadequadas de ocupação desses solos, que não se modificaram substancialmente desde o século XIX até a segunda metade do século XX.

Em 1975 quando Cabo Verde finalmente consegue a sua independência de Portugal, os novos governantes viram-se confrontados com enormes problemas entre os quais o abastecimento do mercado interno.

O país não dispunha de um mínimo de infra-estrutura produtiva, sendo que a maior parte da população economicamente ativa pertencia ao setor primário. E mesmo assim não conseguia satisfazer as necessidades alimentares internas (FURTADO, 1993, p.13).

Apesar de haver uma produção de milho, feijão, mandioca que atendia, de certa maneira, ao consumo da população, faltava ao país uma estrutura de produção condizente com as expectativas de crescimento demográfico, de segurança alimentar, de democracia.

Dessa forma, para satisfazer às necessidades de consumo da população com alimentos que a terra não produzia ou produzia em quantidades insuficientes, o país recorreu à ajuda alimentar internacional e à importação de alimentos. No que se refere às ajudas alimentares, a partir de 1975 o governo cabo-verdiano institucionalizou planos de emergência anuais que defendiam ações no âmbito da construção de infra-estrutura assistida pela ajuda financeira e alimentar internacionais. Couto (2001) citando Davidson (1988) argumenta que em 1975 muitos países financiaram ajudas para Cabo Verde dessa forma ele afirma:

O Programa alimentar Mundial (PAM) financiou, por essa altura, (1975) o envio de 1900 toneladas de milho e outros produtos. Os EUA, a Suécia, e a Holanda contribuíram para a ajuda alimentar, e não obstante o fato de os dirigentes cabo-verdianos afirmarem a vontade de se manterem não alinhados, opondo-se à instalação de qualquer base soviética, a União Soviética participaria ainda para a ajuda alimentar para o arquipélago (COUTO, 2001, p.187 apud DAVIDSON, 1988, p.157).

Ainda segundo Couto (2001) o PAM propunha que os seus funcionários fizessem a distribuição dos alimentos, mas o presidente da república rejeitou o serviço de distribuição pelo PAM, exigindo que ela fosse feita pelas próprias autoridades cabo-verdianas de forma a que a ajuda alimentar não se confundisse com o pendor caritativo do sistema Português de apoio. Contudo a assistência indireta da época colonial, a partir de 1960, não constituiu uma ação meramente caritativa. Muitas das orientações preconizadas

pelo Plano de Abastecimento de Cabo Verde em época de seca foram retomadas pelas atividades das A.I.M.O (Alta Intensidade de Mão-de-Obra) na década de oitenta (Couto, 2001, p.187).

As A.I.M.O eram programas que visavam desenvolver as infra-estruturas e os recursos hídricos e fundiários no meio rural, dinamizar a produção agrícola, proteger o ambiente, em suma, desencravar as zonas isoladas e fornecer, às populações, obras de primeira necessidade. Esses programas tinham um caráter social e atendiam aos objetivos de caráter econômico, de forma a criar efeitos estruturais de médio e longo prazo sobre a economia nacional (Couto, Idem).

Sen (1993) afirma que esses programas de emprego públicos podem rapidamente oferecer uma fonte de renda; ao mesmo tempo os trabalhadores recém-contratados terão condições de competir com os outros por uma cota do total de alimentos disponíveis.

Ainda segundo este autor a criação de ocupações assalariadas faz subirem os preços; em vez de permitir que os necessitados morram de fome, essa prática promove uma redução do consumo por parte de outros grupos menos afetados. Trata-se de um processo que distribui a escassez de maneira mais equitativa e isso pode afastar a fome.

Para Couto (2001), a ajuda alimentar baseada no emprego intensivo dos trabalhos públicos tem sido um modelo implementado em vários países com taxas de sucesso muito variáveis. Vários autores afirmam que este modelo de ajuda alimentar teve, em Cabo Verde, enorme sucesso na medida em que permitiu a criação de emprego, de rendimentos rurais bem como melhorias no potencial nutricional do país. Segundo informa Couto(2001), consultores da USAID, afirmam que em Cabo Verde existe fome, mas não é a que existia em outros tempos, nem mesmo a que existe em outros países. Para esses

consultores a pobreza causada particularmente pelo desemprego estrutural e pelas precárias condições agrícolas, seria a causa das crises alimentares mais ou menos prolongadas no país.

Este modelo de ajuda alimentar, que consiste basicamente na venda dos donativos, tem a vantagem de resolver muitos problemas associados ao armazenamento, transporte, deteriorização ou furto dos produtos. Para, além disso, os trabalhadores têm preferência pelos pagamentos em dinheiro (COUTO, 2001, P.197).

Couto (2001), citando Belknap & Ferris-Morris (1992) afirma que esse modelo de ajuda alimentar representa em Cabo Verde uma combinação de vários tipos de programas direcionados para garantir o emprego em longo prazo e para a criação de infra-estruturas, não se tratando por isso de um programa de emergência para a ajuda alimentar.

A ajuda alimentar aparece para os consultores da USAID como um fator positivo para a agricultura, uma vez que o financiamento das frentes de trabalho contribui para a conversão dos terrenos das comunidades rurais com atividades de correção das torrentes, a retenção das águas através de diques, edificação dos terraços e reflorestação. Essas infra-estruturas e atividades têm um impacto positivo sobre o ambiente, mesmo que não se verifique um incremento substancial na produção de sequeiro.

Ainda segundo esses consultores quanto maior a quantidade de alimentação se tornar acessível através da ajuda alimentar, maiores quantidades de milho contribuirão para a segurança alimentar, devido à fraca produção agrícola do país. O milho doado aparece no mercado a um preço mais baixo do que o milho doméstico, culturalmente mais preferido e adaptado aos métodos tradicionais de confecção dos alimentos. Essa redução

dos preços deve-se ainda à política governamental de subsídios que mantém o milho da ajuda alimentar alguns escudos mais abaixo do custo do milho doméstico.

Em Cabo Verde a ajuda alimentar tem constituído um fator positivo na redução do déficit da balança de pagamentos. Contribui também para o alívio da pressão sobre a balança de pagamentos. Os consultores do MAAP são de opinião de que a ajuda alimentar tem constituído, ao longo dos anos, um elemento fundamental dos dispositivos de luta contra a insegurança alimentar e tem permitido o desenvolvimento de programas de assistência e promoção social destinado aos grupos mais vulneráveis.

Ainda segundo esses consultores, essa ajuda desempenha um papel importante na segurança alimentar, isto é, na resolução de problemas alimentares ao permitir o acesso aos bens alimentares de base por parte das populações principalmente as com mais carências. A ajuda alimentar contribui também para abastecer o mercado em produtos alimentares de primeira necessidade, para melhorar o estado nutricional dos mais pobres e para o equilíbrio da balança de pagamentos. Na tabela abaixo organizada com base em informações do Diagnostico de Segurança Alimentar do ano de 2002 podemos ver o total de ajudas em produtos alimentares recebidas pelo país, de 1995 a 2000 (Tabela I).

Tabela I - Cabo Verde - Total de ajudas alimentares em gêneros recebidas - Unid: T.

Produtos	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Milho	44.298,4	5.782,45	18.044,6	19.534,73	19.244,4	16.254,4
Arroz	5.361,6	8.373	11.231,79	10.856,24	10.426,3	10.881
Trigo	14.312,6	13.660,5	16.365,25	21.224,5	15.985,3	17.411,5
Feijão	215	1.003	1.463	1.203	-	86,2
Óleo	1.989,73	2.541,03	1.392,8	331,2	159,9	61,2
Leite em pó	660	432,99	236	221,75	-	30
Açúcar	3758	301	236	194	-	-
Farinha	2.601	955	1.225	-	1000	739,5
Frutas secas	100	149	-	-	-	-
Conservas peixe	167	603	307	165	-	-
Conserva carne	312	387	261	305	-	-
Total	70.508,68	34.187,97	49.299,44	53.841,42	44.830,8	45.462,9

Fonte: DSA-2002

Como referido anteriormente, a ajuda alimentar é integrada aos programas de investimento pela via dos fundos de contrapartida derivados da venda dos produtos recebidos. Isso tem ajudado muito no desenvolvimento do país. Através dos programas de trabalhos públicos, a ajuda alimentar tem garantido um rendimento mínimo às famílias.

Seguindo as mesmas fontes citadas na Tabela II disponibilizamos alguns dados sobre a ajuda alimentar em cereais para comercialização, recebida pelo país de 1995 a 2000.

Tabela II - Cabo Verde-Ajuda alimentar em cereais para comercialização - Unid: T.

Produtos	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Milho	39.867,4	4.928,45	18.044,6	19.534,73	19.195,1	15.514,9
Arroz	3.319,6	7.765	9.399,79	10.553,24	9.490,5	9.648,7
Trigo	14.312,6	13.660,5	16.365,25	21.224,5	15.985,3	17.411,5
Total	57.499,6	26.353,95	43.809,64	51.312,47	44.670,9	42.575,1

Fonte: DSA-2002

As modalidades de ajuda, os mecanismos de coordenação dos doadores e a gestão das ajudas em Cabo Verde têm sido freqüentes até os dias atuais. O mecanismo principal de coordenação dos doadores de Cabo Verde é o das mesas redondas. A última mesa redonda foi realizada em abril de 2003, baseada no plano de desenvolvimento nacional 2002-2005.

O PNUD e o Banco Mundial apoiaram a organização e realização dessas mesas redondas. Os programas dos doadores são, em um nível diferente, alinhados com o Plano de Desenvolvimento Nacional ou outras. Contudo, os doadores têm seus próprios ciclos de programação, que não seguem necessariamente os ciclos de planificação do país.

Os ciclos atuais de programação de assistência ao país foram e serão realizados da seguinte forma: MCA (2002), World Bank, (2004), Luxemburgo (2005), Portugal (2005), União Européia (2007). Muitos doadores continuam ativos hoje em Cabo Verde. Entre os bilaterais pode-se citar a USAID que tem providenciado ajuda alimentar e outras ajudas; a Holanda que tem sido um país extremamente ativo na questão da educação, do ambiente, e do desenvolvimento do setor privado; Luxemburgo e Portugal. Os principais doadores multilaterais são: o Banco Mundial, o FMI, a União Européia, o BAD, o PNUD, entre outros.

O país tem recebido dessas organizações apoio substancial sob forma de donativo, empréstimos e implementação de políticas. Entre 1966 e 1977 a USAID concedeu cerca de 127 milhões de dólares americanos para financiar projetos de ajudas em áreas como a do treinamento de recursos humanos, conservação, desenvolvimento do setor privado, e ajuda alimentar. Um dos projetos de ajuda mais bem sucedido é o *US Food Aid* proporcionado pela USAID que está sendo implementado em Cabo Verde.

Segundo consultores, o programa de ajuda alimentar está transformando a agricultura e a economia rural de Cabo Verde através do micro-financiamento e a introdução de novas técnicas como as de irrigação gota-a gota.

No que toca á questão da importação de alimentos, esta não era algo novo para a população cabo-verdiana que convivia com produtos de origem externa, desde a colônia¹.

Nos primeiros anos da independência de Cabo Verde as operações de importação e exportação estavam sujeitas à autorização prévia da administração comercial e predominava o sistema de *plafond*² (contingente monetário) e reservas públicas das atividades comerciais na importação e comercialização de alguns produtos básicos como o milho, o arroz, o açúcar, o trigo e a farinha de trigo.

Esses produtos dependiam de fornecimento que resultava, em grande parte, de donativos e ajudas externas. O abastecimento e distribuição dos principais produtos básicos eram garantidos pelas empresas públicas: a EMPA - Empresa Pública de Abastecimento e a MOAVE - Moagem de Cabo Verde, em regime de exclusividade de

¹ Para suprir as insuficiências de gêneros alimentícios os Portugueses importavam, farinha, vinhos, azeite, frutos secos etc.

² Anteriormente para importar qualquer produto existia um contingente monetário ou *Plafond* que era fixado pelo governo. Este era dividido ou distribuído para diferentes importadores. O governo fixava um valor x para importação que era dividido entre os importadores.

importação. Os primeiros sinais de reforma da economia aconteceram em finais dos anos 80. De acordo Reis (2001), no final dos anos 80 e o início da nova década o estado afastase das atividades produtivas. *Os novos tempos são favoráveis ao afastamento do Estado das atividades produtivas e à desregulamentação das economias. A democracia é o contexto político em que passam a jogar-se os destinos coletivos* (REIS, 2001, p. 113).

Em 1991 o governo de Cabo Verde adota uma estratégia de crescimento assente num modelo de economia de mercado com redução gradual da intervenção estatal. O estado enquanto agente econômico direto veio a ser substituído pela iniciativa privada, num modelo de abertura ao investimento externo e de inserção na economia mundial (FERREIRA, 1998, p.17).

No setor do comércio, um programa de reformas foi concebido a partir de Janeiro de 1992, visando à liberalização progressiva do sistema de *plafond*, através da publicação de sucessivas listas isentas do sistema de quotas anual de importação ou *plafond*. Ao comentar sobre essas reformas, um dos nossos informantes afirmou que:

Primeiro porque antes existia uma grande dificuldade para importação (isso não é do seu tempo), mas éramos nós que estávamos [aqui] que sabíamos que para importar, mesmo supermercados, existiam os plafond que tinha para fazer importação isso não era livre era oferecido pelo departamento; Precisamente porque não existia tanta divisa como existe atualmente; hoje em dia as divisas circulam livremente, com certeza pagamentos lá fora estão a ser feitos com mais facilidade, antigamente era preciso (já me esqueci) a direção geral do comercio autorizar para se poder importar qualquer coisa, então importavam produtos de primeira necessidade, porque esses podem ser considerados... Tendo em conta que temos frutas nacionais e graças a Deus o mercado é farto também em frescos, isso não precisa vir de fora, então davam prioridade aos produtos de primeira necessidade e não a esses produtos (Mulher, 67 anos).

As importações foram totalmente liberalizadas em 1999, incluindo os produtos básicos. Na atualidade para importar, basta uma inscrição na câmara de comércio. A partir desse período novos produtos começaram a aparecer no mercado nacional oriundos de vários países e em maior quantidade e variedade. Cabo Verde sempre teve uma produção de mamão, manga, bananas. A banana, por exemplo, foi por algum tempo um dos produtos de exportação do país. À falta de uma economia que focalizasse a produção de alimentos, o país continuou a depender do exterior para garantir o consumo de frutas, verduras, legumes, carnes e sucos, que não são produzidos em Cabo Verde e que foram estimulados pelos novos hábitos de consumo (Featherstone, 1995).

Além de produtos em conserva atualmente podem ser encontradas nos supermercados, frutas, verduras, legumes, produtos congelados graças aos impactos da globalização dos alimentos. No caso de frutas destacam-se a maçã, uva, Kiwi, abacaxi, e várias outras consideradas exóticas. A maior variedade e disponibilidade de alimentos no mercado provocaram mudanças no consumo de determinadas famílias, pela incorporação desses novos alimentos à sua dieta.

Antes de 1990, por exemplo, grande parte da população cabo-verdiana consumia praticamente as frutas que eram produzidas local e sazonalmente a exemplo das já citadas bananas, papaias, e alguns cítricos.

Ao longo deste trabalho buscaremos compreender essas mudanças levando sempre em consideração os fatores internos e externos que influenciaram na configuração dos padrões alimentares do país, buscando uma contextualização dessas mudanças e seus desdobramentos, objetivando igualmente contribuir para a compreensão dos impactos locais da globalização dos alimentos.

Metodologia e Trabalho de Campo

Para responder aos objetivos da pesquisa, privilegiamos a análise de dados qualitativos. Utilizamos dados secundários de várias fontes oficiais sobre a agricultura e consumo alimentar no país, além de estatísticas sobre o desenvolvimento social e econômico nas últimas décadas. O trabalho de campo foi realizado de junho a novembro de 2006, em Cabo Verde, mais precisamente na cidade da Praia *locus* da pesquisa.

Uma investigação desse gênero muitas vezes exige apoios e dimensões temporais nem sempre acessíveis e nem sempre realistas. Por isso nos parece apropriado esclarecer as condições e os limites em que o trabalho foi realizado. Dificuldades foram encontradas tanto na obtenção dos dados qualitativos bem como na obtenção de bibliografia (escassa no que se refere ao tema abordado em referência ao país) e na realização das entrevistas.

A literatura sobre a questão da agricultura e do consumo de alimentos em Cabo Verde é extremamente escassa. A obtenção de dados bibliográficos foi dificultada porque, apesar de existirem no país bibliotecas com muitas informações, ainda não há um banco de dados organizado para que o investigador possa pesquisar sem grandes dificuldades.

Apesar desses pequenos contratemplos, a bibliografia referente à Cabo Verde encontrada foi de extrema utilidade para o presente trabalho. Por outro lado nos apoiamos numa ampla discussão com a literatura especializada. Textos sociológicos referentes à globalização e à produção de subsistência foram analisados para uma maior compreensão do assunto em estudo. A necessidade de obtenção de dados qualitativos contribuiu para a definição da estratégia metodológica, baseada principalmente na observação direta e entrevistas com informantes-chave.

A necessidade de uma melhor compreensão do processo de importação de alimentos em Cabo Verde levou-nos a analisar determinadas informações estatísticas e a contatar especialistas de instituições governamentais que aportaram material relevante sobre os processos de mudanças ocorridos no setor agroalimentar do país.

Algumas informações foram encontradas tanto nos *sites* de organismos internacionais como a Food and Agriculture Organization of the United Nation (FAO), como em organismos nacionais como o Instituto nacional de Estatística (INE) e o Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas (MAAP). Tanto o INE como o MAAP, encontramos documentos importantíssimos sobre a questão da importação e agricultura no arquipélago de Cabo Verde.

As Entrevistas

Além dos dados secundários, utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada; essa técnica permite ao entrevistado maior liberdade e espontaneidade, necessárias para explicitar suas opiniões e contribuir para o enriquecimento da investigação. Elaboramos um roteiro (Anexo II) com questões relativas às mudanças no consumo de alimentos em Cabo Verde, objetivando um detalhamento das informações requeridas.

As entrevistas com chefes de família foram realizadas em outubro de 2006. O roteiro foi construído para abordar dois tópicos. O primeiro relativo às mudanças no consumo de alimentos e Cabo Verde e o segundo sobre a questão da Globalização dos alimentos.

Foram entrevistados 30 chefes de família no bairro do Meio de Achada; Os informantes, homens e mulheres foram escolhidos aleatoriamente através de uma listagem fornecida pelo INE.

Destas 30 entrevistados 28 são mulheres e 2 são homens. Quando as famílias foram questionadas sobre quem poderia responder às questões da pesquisa, a resposta era a de que, se era para falar de alimentos e consumo de alimentos, as mulheres seriam consideradas as chefes da família; os homens responderam que eram as esposas que deveriam ser entrevistadas. Por isso chegamos a esse número de entrevistas com 28 mulheres e 2 homens. A realização dessas entrevistas exigiu-nos certa mobilidade devido aos limites de tempo e disponibilidade dos informantes.

Fizemos deslocamentos entre a casa, o local de trabalho e ambientes de lazer, conforme a preferência dos informantes e apenas três não foram gravadas a pedido das pessoas envolvidas. Como foi extremamente difícil contatar os informantes durante os dias de trabalho, as entrevistas foram feitas nos fins de semana. É importante esclarecer também que apesar da língua portuguesa ser a oficial do país, muitos cabo-verdianos não têm fluência alguma nessa língua; Dominam, entretanto, o crioulo - e foi nessa língua que a maioria dos entrevistados se expressou, já que eu na condição de nativa e entrevistadora tinha conhecimento da mesma.

A transcrição das fitas foi um processo demorado e exigiu um cuidado redobrado para traduzi-las ao português. Encontramos algumas dificuldades, pois muitas expressões faladas em crioulo não poderiam ser traduzidas diretamente, porque teriam outro sentido em português.

Para o tratamento dos dados utilizamos a análise de conteúdo por a considerarmos a mais adequada para os propósitos do trabalho. Segundo Minayo (1991, p. 199) “A expressão mais comumente usada para representar o tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa é a análise de conteúdo”. Ainda Minayo (1991) citando Bardin (1979) afirma que a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção dessas mensagens. A tabela III apresenta informações gerais sobre os informantes.

Tabela III - Identificação dos Informantes

Idade	Profissão	Estado civil
42 anos	Professora	Casada
36 anos	Professora	Casada
28 anos	Assistente Social	Casada
30 anos	Cientista Social	Solteira
38 anos	Funcionária pública	Casada
33 anos	Engenheiro informático	Casado
39 anos	Assessora de comunicação	Solteira
47anos	Doméstica	Casada
34 anos	Agente de viagens	Solteira
43 anos	Gestora	Casada
66 anos	Doméstica (aposentada da FAO)	Divorciada
24 anos	Estudante	Solteira
58 anos	Doméstica	Casada
64 anos	Engenheiro	Casado
67 anos	Doméstica (aposentada do MF)	Casada
66 anos	Assistente Social	Casada
33 anos	Bióloga	Casada
43 anos	Professora	Divorciada
40 anos	Empregada bancaria	Casada
40 anos	Tradutora	Casada
45 anos	Engenheiro	divorciado
26 anos	Funcionaria pública	casada
62 anos	Professora	Viúva
33 anos	Administradora	Solteira
51 anos	Domestica	Casada
51 anos	Domestica (aposentada do BCA)	divorciada
28 anos	Historiadora	Solteira
46 anos	Doméstica	solteira
28 anos	Socióloga	Solteira
26 anos	Economista	Solteira

Fonte: Pesquisa de campo 2006.

Pela tabela acima podemos ver que os entrevistados são na sua maioria profissionais de classe média. Apenas cinco deles se identificaram como domésticas.

Observação Direta

Tivemos também como preocupação ao longo do trabalho de fazer observações diretas dos espaços comercialização da cidade da Praia. Dessa forma, durante a pesquisa de campo foram feitas visitas a um dos maiores supermercados para verificar as possíveis mudanças ocorridas nesse espaço. Em dias alternados e em horários variados percorremos a área interna do mesmo, analisando as mudanças e as novidades introduzidas a cada semana. Os dados obtidos foram anotados no diário de campo instrumento que se revelou extremamente importante na altura da pesquisa.

Esse supermercado observado fica situado no subúrbio da cidade da Praia e funciona desde 2002. Segundo os donos anteriormente já existia um mini-mercado onde vendiam alguns produtos, porém em 2002 resolveram ampliar esse espaço. Esse supermercado pode se igualar a qualquer outro em nível mundial, quer pela forma como é organizada, quer pela quantidade, variedade qualidade dos produtos encontrados.

Os consumidores já começaram a perceber essas mudanças. Uma entrevistada afirmou que os supermercados estão mais organizados *e podem rivalizar com qualquer; tem supermercado aqui que pode rivalizar com qualquer supermercado no exterior, não só no aspecto da arrumação como higiene e multiplicidade dos produtos* (66 anos).

Para outra entrevistada os supermercados oferecem aos seus consumidores mais ofertas talvez como forma de agradar os consumidores assim afirmou: *Com certeza, uma*

maior oferta, e melhor organização dessa oferta, não sei se para responder a uma procura mais sofisticada ou para oferecer aos consumidores produtos mais sofisticados
(Mulher, 66 anos).

Na análise procuramos estabelecer relações entre os dados secundários obtidos e aqueles provenientes da observação direta, focalizando as mudanças no consumo e as perspectivas de participação do país no processo de globalização dos agro-alimentos.

Pelo exposto, ficam evidenciadas algumas vulnerabilidades que se expressam através da introdução de novos hábitos de consumo e de novas mercadorias provenientes do exterior. Pela sua participação, através do consumo desses alimentos, nesse processo mais amplo de globalização, Cabo Verde vê acentuada a sua dependência da importação de alimentos. Tal fato põe em relevo a questão da segurança alimentar, a qual vem sendo objeto dos novos planos e programas de governo. Na finalização do nosso trabalho tais questões são delineadas e merecem atenção mais especial. O capítulo seguinte trata das perspectivas teóricas da globalização com ênfase na globalização dos alimentos.

CAPÍTULO II - Globalização e globalização dos Alimentos. Perspectivas teóricas

Em torno do processo de globalização

A globalização continua sendo um conceito extremamente disputado, apesar da imensa literatura que lhe é dedicada. Economistas, geógrafos, antropólogos, sociólogos e outros cientistas sociais têm estudado este fenômeno sob várias óticas.

Vários autores entendem a globalização como um processo dialético iniciado durante as últimas três décadas do século XX, inaugurando uma nova fase do desenvolvimento capitalista. Trata-se, pois, de uma situação nova comparada com os períodos anteriores do desenvolvimento capitalista. Para Friedland (2004) a globalização tem vários significados e tem sido usada para referir-se às mudanças nas organizações financeiras, ou seja, à mobilização do capital, distribuição de mercadorias desde automóveis a roupas, software e trabalho bem como mudanças culturais(a *McDonalização*) por exemplo.

Reis (2000) enfatiza que a globalização é determinada por três importantes vetores: o tecnológico, o econômico e o institucional.

Segundo esse autor, o desenvolvimento das economias de comunicação e da informação, a descoberta de novos materiais que permitem condensar em espaços diminutos volumes enormes de informação e a banalização da comunicação via satélite, assim como, os avanços nos meios de transporte e a interligação global em redes de sistemas informáticos, os avanços em progressão geométrica no domínio do software, permitem que a informação circule em tempo real, com custos diminutos, bem como uma

maior rapidez, previsibilidade e menor custo no transporte de pessoas e bens (Reis, 2000, p. 57).

No plano econômico podem ser observadas alterações tanto no domínio micro como no domínio macroeconômico. Em relação ao domínio macro é a liberalização, a privatização e a desregulamentação interna/externa das economias nacionais que permitem uma maior liberdade de circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais bem como acesso fácil da iniciativa privada nacional e internacional a amplos setores da atividade econômica. Reis afirma que

A privatização apenas vem completar este modelo que se apóia na idéia de que a iniciativa privada é mais eficaz na afetação dos recursos escassos. Esta liberalização e desregulamentação foram, em muitos casos, definidas no âmbito de acordos regionais (ex: UE), interestatais ou de âmbito global (acordos do GATT e normas impostas pelo FMI para o ajustamento estrutural), o que conduziu, sobretudo no caso dos acordos regionais, a uma transferência de soberania dos estados nacionais para órgãos supranacionais quando existem. O efeito desta liberalização e desregulamentação foi o de permitir, a grande facilidade de circulação de capitais e adaptação dos processos produtivos considerando não o espaço local e nacional, mas o espaço global na avaliação das vantagens de localização da produção ou fases de produção. A circulação dos movimentos de capitais aumentou de forma exponencial (REIS, 2000, p.57).

Ainda de acordo com Reis é no domínio microeconômico que a globalização revela um dos seus principais atores: as empresas transnacionais. Essas empresas são os principais agentes da globalização econômica. São elas que movimentam os recursos globais, que decidem em matéria de investimento, e que determinam a organização do sistema produtivo internacional.

O investimento direto é efetuado, no pós-segunda Guerra Mundial, por empresas que procuram posições nos mercados nacionais. As restrições alfandegárias e as

deficiências nas telecomunicações impunham que fossem instaladas no estrangeiro, réplicas das empresas-mãe. Nos anos 70, essas empresas tornam-se exportadoras, aproveitando, para isso, a descida das taxas alfandegárias determinadas, quer pelos acordos do GATT, quer pela integração do espaço europeu. Nos anos 80 e 90, o sistema de produção internacional é profundamente reorganizado em consequência dos avanços tecnológicos (tecnologias da informação, comunicação, transportes), da divisibilidade da produção e da normalização.

O novo sistema de produção mundial baseia-se numa nova divisão do trabalho não só geográfica como intra-empresas. O aumento das economias de escala, permitido pelo aumento do comércio internacional foi acelerado pelo processo de subcontratação baseado na divisão pós-taylorista do trabalho, através do qual se pôs em prática um conjunto de inovações do domínio organizacional (pequenas equipas estruturadas de forma flexível, aplicação do *just in time* e do conceito de qualidade total e de unidade de negócio); e que privilegia a junção do trabalho manual e intelectual dando uma importância especial à formação e qualificação.

As organizações tornam-se flexíveis e evitam a excessiva especialização e compartimentação, através da definição de responsabilidades multitarefas. Passa-se da produção assente na divisão do trabalho taylorista para uma produção flexível. A posse da tecnologia e do conhecimento passa a ser um dos principais negócios, permitindo obter proveitos de *royalties* e direitos de autor. A deslocalização é outra característica desta fase.

A diminuição dos custos de transporte a revolução nas telecomunicações, associados ao aumento dos custos de produção nos países industrializados, fruto do aumento dos custos salariais,

leva as empresas a efetuar investimentos diretos naqueles países em que existe uma melhor relação qualidade/preço da mão de obra ou onde as condições fiscais e a regulamentação social e ambiental não seja tão rigorosa. Este processo que se tinha verificado nos anos 80 com o investimento japonês em Singapura, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong, repete-se agora com os investimentos efetuados na nova geração de países industrializados do Sudeste Asiático (Tailândia, Malásia, Indonésia). A mobilidade da TNC e o seu poder colocam em causa o próprio poder dos Estados. As suas políticas de emprego, de equilíbrio da Balança de Pagamentos deixam de poder condicionar estas empresas que se regem por lógicas microeconômicas que escapam em grande parte ao controlo dos Estados. (REIS, 2000, P. 58).

No plano institucional Reis afirma que se assiste ao aparecimento de atores globais com um importante papel de regulamentação no nível mundial: o G7, a OMC e a OCDE.

Embora essas instituições estejam dominadas pelos estados com maior peso na “economia-mundo” capitalista, elas têm um papel importante na determinação de soluções para problemas cujo âmbito sai da esfera nacional ou regional e se perfilam na dimensão global. Serão as decisões ao nível destas instituições que poderão ter algum efeito regulamentador, por exemplo, na circulação dos capitais ou em todos os fatores de risco para o funcionamento do sistema.

Moreira (2002) afirma que uma compreensão da globalização e das suas especificidades deve incluir não apenas os traços que a caracterizam, mas também os contextos socioeconômicos e culturais nos quais esse processo se desenvolve. A revolução tecnológica ocorrida no transporte e na comunicação marca o desenvolvimento da globalização como um processo. Transporte mais barato é essencial para o comércio internacional e as tecnologias de informação têm sido fundamentais na construção de um sistema de comunicação mais barata e rápida o que leva a uma compressão do tempo e

espaço (MOREIRA 2002, P.17). Esse processo ainda torna mais fácil a circulação das finanças internacionais, novos métodos de finanças e aquisição de novas formas de controle dos negócios e coordenação espacial mesmo a longas distâncias.

Ainda de acordo com Moreira a revolução tecnológica mudou a alcance e velocidade do processo. Outra condição da globalização é a liberalização do comércio internacional, o movimento das finanças, a privatização. Castells (1998) reconhece que o desenvolvimento desse processo tornou-se possível pelas inovações tecnológicas que permitiram os fluxos de bens e pessoas em velocidade nunca antes imaginada. Uma outra condição da globalização provém da decisão do estado em favorecer a liberalização do comércio internacional e os movimentos financeiros, a privatização e a desregulamentação. Para Moreira, os impactos da desregulamentação e a liberalização no Estado, as mudanças internas nas Corporações Transnacionais são aspectos relevantes que caracterizam a globalização e que devem merecer atenção particular.

O caso dos Agroalimentos

A globalização dos alimentos é um tema que tem sido amplamente discutida pelas Ciências Sociais. Autores como Cavalcanti, (1995, 1999); Cavalcanti et al. (2005) Bonanno et al. (1994), Friedland, (1994), Marsden, (1999) têm evidenciando as várias implicações desse processo.

Friedland (1994), considerada o sistema de alimentos frescos global pelo fato de existir uma circulação extensiva desses alimentos entre os países, regiões e continentes envolvendo quase todas as grandes áreas geográficas com a exceção da Antártica. Até a

Segunda Guerra Mundial o sistema de “frescos” poderia ser caracterizado como sendo local ou nacional isso sem incluir a banana. Apesar de alimentos como o açúcar terem sido de certa forma globalizados há mais de 400 anos e produtos frescos como a banana terem estado em circulação por mais de um século, até a segunda guerra mundial, muitos alimentos circulavam de forma restrita. Produtos agrícolas eram produzidos e distribuídos, local, regional ou nacionalmente. Depois da segunda guerra mundial, particularmente depois de 1960 cadeias de produção e consumo começaram a se expandir.

Friedland focaliza sua discussão na questão das mercadorias frescas, ou seja, analisa o processo no qual essas mercadorias circulam para longas e mais complexas cadeias em vez de serem espacialmente localizadas em nível local, regional ou nacional.

Essa expansão da dimensão espacial origina uma nova divisão do trabalho e aumenta a distância entre produção e consumo tanto espacial como social.

Alguns fatores são essenciais para explicar essa nova globalização; houve a integração de novas regiões de produção desses alimentos para abastecer outros mercados onde essa produção era inexistente em determinada época do ano. Enfatiza o caráter pós-fordista ou Sloanista do sistema agroalimentar (FRIEDLAND, 1994). O autor faz uma comparação com que aconteceu na indústria automobilística no período em que Alfred Sloan começou a introduzir uma série de modificações na produção da General Motors, incluindo modelos anuais, diferenciação da produção, ultrapassando assim a produção da Ford que continuava construindo um único modelo de automóvel com uma única cor. O que ocorreu nos dois casos foi um aumento da produção bem como do consumo direcionado para nichos de mercados. A formação de nichos de mercado refere-se à

fragmentação de um mercado de massa padronizado em uma variedade de mercados nos quais passam a existir uma diferenciação dos produtos existentes.

A fragmentação dos mercados fomenta a expansão do consumo, a qual é correspondida pela introdução de uma variedade de novos produtos. (FRIEDLAND, 1994, p. 213). Na chamada globalização dos sistemas agroalimentares, por exemplo, as corporações transnacionais se apresentam como os atores dominantes; os coordenadores do sistema. Essas corporações circulam em todo o globo “*procurando novos mercados, novos locais de produção bem como mão de obra barata e submissa*” (BONANNO et al., 1994, p.1).

No caso dos alimentos frescos, a exemplo de frutas e vegetais, o uso de moderna tecnologia de refrigeração, permite tanto a sua conservação como o seu transporte para grandes distâncias, abastecendo mercados que também estão localizados em regiões distantes dos de produção. As cadeias globais de refrigeração que fazem a ligação entre os locais de produção e os de consumo mantêm as mercadorias congeladas mesmo várias horas após a colheita.

Existem graus de temperatura para cada tipo de produto. Esse processo de refrigeração começa na produção, passa pelo transporte até chegar ao consumidor que também dispõe de formas de conservação dos produtos sob altas temperaturas permitindo a sua utilização por mais tempo. (Dias, 2006).

Ainda segundo Friedland, sem essas cadeias, o sistema atual de comercialização de frutas e verduras frescas seria impossível. Nos dias atuais compram-se mercadorias provenientes de vários lugares do globo, muitas consideradas exóticas devido às suas características externas. Para Cavalcanti (1999) na circulação do produto, apesar do apelo

global deste e de seus rótulos, as referências locais surgem como registro do seu caráter global. Na tentativa de globalizar produtos, usam-se rótulos, símbolos, como valor agregado às mercadorias que se apresentam aos mercados, segundo o tipo de cliente alvo (CAVALCANTI, 1999, P. 156).

Se antigamente existia um pequeno mercado para os produtos frescos, hoje em dia esse mercado teve um crescimento significativo; apareceram variedades de produtos com várias classificações, diferenciando assim mercados. O aumento da produção e da circulação ampliou as possibilidades do consumo. Vários produtos perdem o seu caráter exótico na medida em que aparecem em grande quantidade, porém a todo instante os mercados criam novos produtos que também são considerados exóticos.

O uso de modernas tecnologias de informação e comunicação tem permitido que mercadorias circulem com mais facilidade e em grandes velocidades. Cavalcanti (2004), analisando as contribuições de Appadurai, (1997 e 1994), Bauman (1998), Castells (1998), Long, (1996) mostra como a globalização tende a homogeneizar formas de consumo, a fazer circular alimentos exóticos tornando-os familiares nos diferentes lugares do planeta numa velocidade e padronização nunca antes experimentada.

Mintz (2001) afirma que há quinhentos anos começou a difusão mundial de certos alimentos, o que demonstra que isso vem acontecendo muito antes da assim chamada globalização. A difusão de mercadorias tanto no novo quanto no velho mundo “*não precisou de transporte aéreo, de cientistas de aventais brancos, do Mcdonalds, nem de engenharia genética - nem tão pouco de propaganda e muito menos de antropólogos*” (MINTZ, 2001, P.33). Entretanto, o que se pode verificar nos tempos atuais é uma difusão sem precedentes de novos alimentos e de novos sistemas de distribuição em todo o globo.

As formas de produção e circulação têm sofrido grandes mudanças. Mercadorias produzidas localmente são distribuídas para comércio e consumo em espaços agora livres de limites de distância. Cada vez menos as áreas de produção de alimentos coincidem com as de consumo, dessa forma: *“Tantas pessoas no mundo inteiro não mais produzem o que consomem ou consomem o que produzem, e tanta comida flui e em tal volume e velocidade, que a unidade de produção e consumo muitas vezes se perde ou se oculta”*. (MINTZ, 2001, p.33).

Nos dias atuais é possível encontrar nos supermercados produtos provenientes de diferentes lugares do globo geralmente de regiões integradas em circuitos internacionais e que só produzem determinados tipos de alimentos para abastecerem mercados que ficam distantes dos locais de produção. O uso de moderna tecnologia de comunicação tem permitido fluxos de mercadorias e que estas sejam compradas em qualquer parte do mundo, em melhor qualidade e de forma menos dispendiosa.

Esse mesmo processo permite *“aproximação de espaços, regiões, pessoas e instituições”* (CAVALCANTI, 1999, p.155). Nota-se ainda, que não se pode falar hoje em dia de produtos com um caráter totalmente nacional em razão das exigências dos mercados externos que promovem diferenciação nas formas de produção, e ainda, produz-se localmente, para abastecer mercados globais.

Canclini (1999) afirma que o que diferencia a internacionalização da globalização é que no tempo da internacionalização das culturas nacionais era possível não se estar satisfeito com o que se possuía e procurá-lo em outro lugar. Mas a maioria dos bens e das mensagens era gerada na própria sociedade, e havia alfândegas estritas, leis que protegiam o que se produzia em cada país.

Ainda de acordo com este autor a internacionalização foi uma abertura das fronteiras geográficas de cada sociedade para incorporar bens materiais e simbólicos das outras. A globalização do ponto de vista deste autor supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros no qual é mais importante a velocidade com que se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo. (CANCLINI, 1999, p.41).

Este autor afirma que agora o que se produz no mundo todo está aqui e é difícil saber o que é o próprio.

Graziano da Silva (2002), afirma que a globalização é uma das etapas de um processo de desenvolvimento capitalista e de um encadeamento de relações sociais que se fazem presentes nas técnicas de produção predominantes. É uma fase de especialização flexível cuja marca fundamental é a transformação de empresas multinacionais em empresas transnacionais que trabalham em escala mundial, diferentemente das empresas que trabalhavam em um nível restrito.

Ainda segundo Graziano da Silva o que se globalizou foi uma forma de produzir e uma forma de consumir de uma parte da população.

Ortiz (1994) trata da emergência de uma sociedade global onde processos globais transcendem os grupos, as classes sociais e as nações. Aborda as transformações no âmbito da cultura, apesar de tratar também de aspectos políticos e econômicos. O autor encara a globalização como um processo em construção, distinto do processo de internacionalização, mais antigo, que vem a ser um aumento da extensão geográfica das atividades econômica através das fronteiras nacionais. Aplica-se à produção, distribuição

e consumo de bens e serviços, organizados a partir de estratégias internacionais voltadas para o mercado global.

Autores como Warde (1997), são de opinião que ocorreram mudanças na construção dos produtos, nos serviços relacionados com a produção bem como nos hábitos e formas de consumo.

Tais aspectos merecem análise aprofundada através de um estudo de caso da agricultura e do consumo de alimentos, como o que aqui realizamos.

Globalização num pequeno Estado Insular

Para Mendonça (2005), a definição de insularidade aponta para a coexistência de dois fatores: o primeiro está ligado às características de um país em desenvolvimento, enquanto o segundo está ligado à distribuição da população (países insulares com uma população inferior a 1000.000 habitantes e países insulares com uma população compreendida entre os 1000.000 e os 10 000 000 habitantes). Esses países deparam-se ainda, tal como acontece em Cabo Verde, com algumas limitações do ponto de vista econômico, refletido, por exemplo, no grau de abertura externa e na existência de uma agricultura demasiadamente exposta às variações climáticas e à concorrência mundial.

Ao analisar a situação de Cabo Verde e dos outros países que fazem parte da CPLP³ o autor afirma que umas das principais características que se deve valorizar nessa comunidade é a sua vocação para disputar o jogo da economia global.

³ Fazem parte dessa comunidade os seguintes países: Portugal, Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, e Timor Leste.

Trata-se de um conjunto de países que se espalham pelos cinco continentes, possuem em conjunto uma população que ultrapassa os 220 milhões de pessoas, têm uma língua comum e culturas que, embora com as suas especificidades, apresentam uma idiossincrasia comum de abertura e de diversidade de influências, têm uma tradição de emigração e dispõem de numerosas comunidades espalhadas pelo mundo e nos países mais desenvolvidos (MENDONÇA, 2005, p. 34).

Todos esses países, sem exceção, são produtos do processo de globalização. Ainda de acordo com Mendonça, Cabo Verde foi talvez o primeiro grande produto do processo de globalização que se desenvolveu a partir do século XVI, fase da chamada globalização primitiva. Esse período que se situou na passagem do século XV para o século XVI, foi o período histórico que ficou conhecido pelo processo de interação geográfica mundial com a chegada de Colombo à América em 1492, Vasco da Gama à Índia, Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500. Ainda segundo Mendonça as comunicações entre os continentes estavam abertas nesse período o que levou à criação das condições para o desenvolvimento das relações econômicas modernas. Para este autor a partir desta data houve uma integração em todos os níveis.

“O processo de globalização traduz-se na integração das dinâmicas de mundialização econômica de praticamente todas as zonas do globo, com os seus recursos materiais e humanos, na generalização e intensificação a todos os níveis das trocas de mercadorias e dos movimentos de capitais e no incremento das inovações tecnológicas e institucionais”.(MENDONÇA, 2005, p.9)

Cabo Verde é um produto histórico do processo de globalização e os seus ciclos de desenvolvimento econômico estão profundamente ligados às características que vão marcando as sucessivas fases de funcionamento da economia global. Até mesmo no

contexto do sistema colonial Português o país assumia uma função integradora que o colocava numa posição intermédia, na hierarquia administrativa e no contexto das relações que se estabeleciam no seio do sistema.

Como será enfatizado nos capítulos seguintes, Cabo Verde está inserido no espaço atlântico e ocupa uma posição central relativamente às ligações que se estabelecem entre a Europa, a África, a América do Norte, a América Central e a América do Sul. Essa centralidade de Cabo Verde advém não só da sua situação geográfica, no meio do atlântico e no centro do triângulo atlântico constituído por Portugal, Angola e Brasil, mas também da sua própria identidade cultural, formada em larga escala, a partir de elementos dessas três culturas (MENDONÇA, 2005, p, 40). Segundo vários autores, o país não pode ter um desenvolvimento económico sustentado apenas nas suas condições internas de recursos materiais e humanos. Cabo Verde deve abrir-se aos fluxos económicos internacionais e criar condições que atraem o estabelecimento de actividades económicas que tenham uma dimensão eminentemente global. As ilhas estão numa situação muito particular. São pequenas economias insulares, muito abertas ao exterior, com recursos limitados, acessibilidades complicadas, mas que poderão tirar vantagem da sua inserção geográfica atlântica e da sua capacidade para se afirmarem como espaços de intersecção de eixos económicos e de relações internacionais.

Sendo um país completamente dependente do exterior, Cabo Verde veio a se inserir no processo de globalização de maneira particular. O país desde sempre foi um importador de quase tudo o que consome. Essa importação deixou de ser apenas de bens de primeira necessidade com a abertura do mercado nos anos 90.

Produtos antes considerados exóticos, atualmente podem ser encontrados nas lojas e supermercados do país, provenientes de vários locais do mundo, em quantidade e variedade antes inexistentes. O que fica evidente é que a globalização tende a uniformizar padrões de consumo embora no caso que estamos estudando tal afirmação mereça melhor apreciação, considerando as características do desenvolvimento do país.

Algumas abordagens sobre a questão do consumo

Warde (1997) afirma que problemas surgem logo quando se vai definir o consumo. Considera-o um campo complexo que cobre uma multiplicidade de atividades. Não se trata de um conceito coerente porque as atividades e itens envolvidos são heterogêneos.

Para Espeitx & Gracia (1999) o consumo aparece hoje na nossa sociedade como um fenômeno social central. Através do consumo manifestam-se as profundas transformações socioeconômicas e culturais que ocorreram nas últimas décadas assim como as relações desiguais das pessoas em relação aos bens e serviços produzidos.

Ainda segundo estas autoras o consumo alimentar pelas suas especificidades, surge como uma via privilegiada para o estudo do consumo de um modo geral. Defendem uma abordagem interdisciplinar para o estudo da alimentação. Apontam também para a necessidade de estudar o consumo alimentar em diferentes enfoques.

Canclini (1999) também defende uma teoria multidisciplinar para a análise do consumo. Este autor considera que apesar de terem-se multiplicado nos últimos anos as pesquisas sobre o consumo essas continuam reproduzindo a segmentação e a desconexão existente entre as várias ciências. Existem teorias econômicas, sociológicas, psicanalíticas,

psicossociais e antropológicas sobre o que ocorre quando consumimos; existem teorias literárias, sobre a recepção, e as teorias estéticas sobre a fortuna crítica das obras estéticas, mas não existe uma teoria sociocultural do consumo (CANCLINI, 1999, p.76).

As transformações e as permanências nos modelos de consumo alimentar, os imaginários associados aos alimentos e os significados que estes adotam dizem muito, sobre a sociedade em que se realiza esse consumo (ESPEITX & GRACIA, 1999, p.148).

Para Bauman (1999) a nossa sociedade é uma sociedade de consumo. Realmente esta afirmativa diz exatamente o que ocorre na nossa sociedade no momento atual da globalização. Todos os dias o consumidor é bombardeado com uma enorme variedade de produtos que despertam nele a vontade de consumir determinado produto mesmo que não esteja precisando do mesmo.

Este consumidor está sempre se movimentando, procurando algo novo que o seduza ou pelo qual ele queira ser seduzido, pois, *“numa sociedade de consumo que funcione de forma adequada, os consumidores buscam com todo o empenho ser seduzidos”* (BAUMAN, 1999, p. 92).

Nos dias atuais a figura do consumidor encontra-se em destaque visto que passou a desempenhar um papel determinante nos fluxos de produção no mundo inteiro. Para (Sorj 2000) este consumidor deixou de ser um agente passivo na dinâmica social da sociedade atual.

Bauman (1999) argumenta que, quando se fala de uma sociedade de consumo, deve-se levar em conta mais do que a simples observação de que todos os membros dessa sociedade consomem. Bauman quer mostrar que atualmente, contrariamente ao que

aconteceu com a sociedade dos nossos predecessores a sociedade é moldada tendo em vista o papel do consumidor.

O que temos em mente é que a nossa sociedade é uma sociedade de consumo, no sentido similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma sociedade de produtores. Aquela velha sociedade moderna engajava seus membros primordialmente como produtores e soldados; A maneira como moldava seus membros, a norma que colocava diante dos seus olhos e os instava a observar, era ditada pelo dever de desempenhar esses dois papéis. A norma que aquela sociedade colocava para seus membros, era a capacidade e a vontade de desempenhá-los. Mas no seu atual estágio a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a capacidade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999, p. 88).

Este mesmo autor é de opinião de que existe uma diferença entre os dois estágios da modernidade, diferença apenas de ênfase e de prioridades. Ressalta que essa mudança de ênfase faz imensa diferença em quase todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual. Para o autor essas diferenças são tão profundas e multiformes que considera a nossa sociedade uma sociedade distinta e separada, ou seja, uma sociedade de consumo. *”O consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui”.* (BAUMAN, 1999, p. 88).

Hoje em dia o homem questiona se é necessário consumir para viver ou viver para consumir. Entretanto, o quê e como se consome deve ser compreendido de acordo com

processos históricos e culturais e assim como, no caso estudado, depende igualmente das condições físicas e climáticas dos ambientes nos quais se desenvolvem a produção e consumo dos alimentos, como analisamos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III - CABO VERDE: CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PAÍS. DESCOBERTA, POVOAMENTO E AGRICULTURA.

Características físicas

O arquipélago de Cabo Verde (Mapa 1) situa-se a 455 km da costa ocidental da África, no Atlântico Norte, entre o Tropic de Câncer e o Equador. Compõe-se de dez ilhas e oito ilhéus, divididos em dois grupos, Barlavento e Sotavento, de acordo com a sua posição relativa ao vento dominante de Nordeste. Pertencem ao grupo Barlavento as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista, e aos de Sotavento as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

MAPA 1 – Cabo Verde



Fonte: www.mundimoneda.com/mapas/

País Africano (Mapa 2) Cabo Verde está incluído no denominado grupo de países do *Sahel*. Devido a esta localização Saheliana o país tem sofrido efeitos catastróficos de secas cíclicas, especialmente desde os finais da década de setenta.

MAPA 2 - África



Fonte: www.maps.com

Distingue-se dos outros países que compõem aquele continente, pelas suas reduzidas dimensões, - uma superfície de 4.033 km²- e pela sua situação geográfica.

O relevo é muito acentuado nas ilhas do Fogo, Santo Antão, Santiago, São Nicolau e Brava, sendo as restantes de relevo mais suave, com planícies salpicadas de cones vulcânicos. Esse relevo é um fator determinante do elevado potencial erosivo (eólico e hídrico) dos terrenos.

O arquipélago é caracterizado por um elevado grau de aridez meteorológica que se vem acentuando nas últimas décadas. A sucessão de longos períodos secos, alternados com breves períodos mais úmidos é, pois, a característica principal do clima cabo-verdiano. Os episódios de seca são provocados pela grande variabilidade das precipitações no espaço e no tempo. A partir das informações sobre as características físicas das ilhas de Cabo verde pode-se perceber que as precipitações são muito baixas. (Tabela IV).

Tabela IV -Características físicas das principais ilhas de Cabo Verde

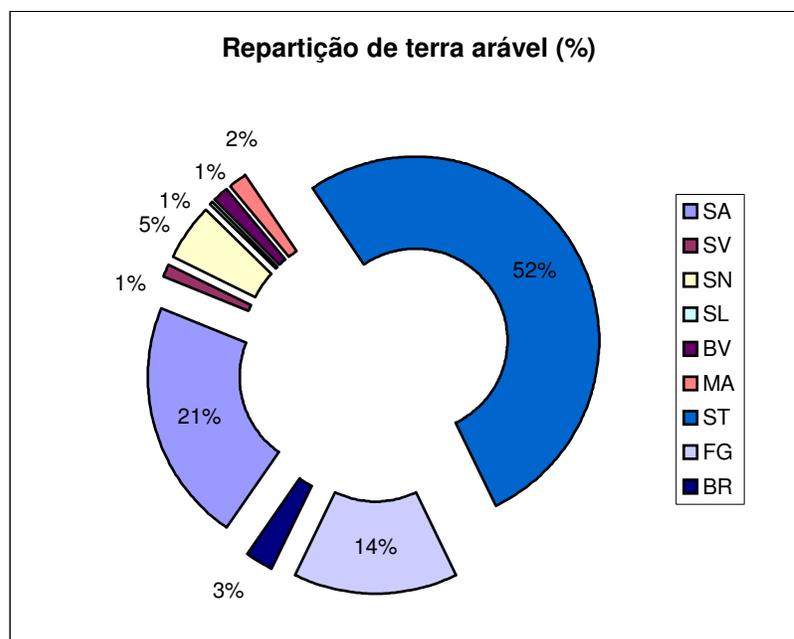
Ilhas	Superfície		Altitude máxima M	Pluviometria mm/ano	Terra arável	
	Km2	%			Ha	%
S. Antão	779	19,3	1.979	237	8.800	21,4
S. Vicente	227	5,6	750	93	450	1,1
S. Nicolau	345	8,5	1.312	142	2.000	4,9
Sal	216	5,4	406	60	220	0,5
Boa Vista	620	15,4	387	68	500	1,2
Maio	269	6,8	437	150	660	1,6
Santiago	991	24,7	1.394	321	21.500	52,3
Fogo	476	11,5	2.829	495	5.900	14,4
Brava	64	1,5	976	268	1.060	2,6
S. Luzia	46	1,1				
Total (C.Verde)	4.033	100		230	41.090	100

Fonte: DSA 2002

A quantidade de terra arável por ilha é extremamente baixa (Figura 1). No que diz respeito à terra arável pode-se constatar que Santiago(ST) é a ilha que apresenta uma

percentagem maior(52%) enquanto que as ilhas de São Vicente(SV), Sal(SL) e Boavista(BV) apresentam uma percentagem menor (1%).

Figura 1 - Repartição de terra arável



Fonte: DSA-2002

População

A População residente é resultante de uma mestiçagem entre colonos Europeus e escravos Africanos que se fundiram num só povo - o Crioulo que representa segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, cerca de 480.000 habitantes em 2006, distribuída numa proporção de 48% homens 52% mulheres.

A população está concentrada essencialmente nos meios urbanos (55%); Santiago é a ilha mais populosa, com mais de 50% dos habitantes, seguindo-se São Vicente (15%) e Santo Antão (11%).

Ainda segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a esperança média de vida que em 1975 rondava os 63 anos, atinge, em 2003, os 71 anos (67 para os homens e 75 para as mulheres). A Taxa de Mortalidade Infantil, que em 1975 rondava os 110‰ nascimentos vivos representava em 2004 um valor de 20‰ (44‰ em 1990 e 26‰ em 2000), valor inferior às taxas de outros países de categoria de e rendimento semelhante. A Taxa de Crescimento da População, dependente dos fluxos migratórios, situou-se, no decênio 1990-2000 (data do último censo populacional), em cerca de 2.4%, valor que se vem mantendo constante até 2005. Desse período em diante prevê-se que a mesma estabilize em torno dos 1.9%. (INE, 2005). As informações seguintes mostram-nos uma estimativa de evolução da população das ilhas de Cabo Verde a partir de 2000 até 2010. (Tabela V).

Tabela V - Evolução da População Cabo-Verdiana

Ilhas	Evolução da População (est.)		
	2000	2005	2010
Barlavento			
Santo Antão	47.124	52.821	55.680
Boavista	4.193	3.620	3.695
S. Nicolau	13.536	13.693	13.753
S. Vicente	67.844	86.658	102.226
Sal	14.792	13.925	16.678
Santa Luzia	-	-	-
Sotavento			
Santiago	236.352	277.567	324.692
Fogo	37.409	40.057	42.543
Maio	6.742	7.009	7.903

Brava	6.820	6.220	6.056
Ilhéus	-	-	-
Total	434.812	487.877	573.225

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Cabo Verde 2002

Devido a vários fatores entre as quais a escassez de recursos naturais e a pobreza econômica da terra, desde cedo a emigração se converteu na única saída para o povo dessas ilhas, de tal forma que a população Cabo-Verdiana emigrada de 1ª geração deverá rondar os 500.000, número equivalente à população residente ainda segundo dados do INE.

A emigração como alternativa

Considerando os indivíduos nascidos nos destinos de emigração poderemos contar com um número próximo dos 800.000 indivíduos. O fenômeno migratório Cabo-Verdiano envolve um número significativo de núcleos espalhados por três continentes: África, Europa e América do Norte.

Numa perspectiva temporal Grassi (2003, p. 104) distingue uma corrente de migração *antiga* (para a Guiné-Bissau, o Senegal, os Estados Unidos) e uma corrente de emigração *moderna* iniciada nas primeiras décadas do século XX. A Corrente antiga está ligada a história da presença colonial portuguesa na África ocidental anterior à partilha do continente Africano.

“De fato desde 1466, ano em que o Rei de Portugal autorizou o monopólio do comércio e do tráfico de escravos em toda a costa, do Rio Senegal à Serra Leoa, a Guiné-Bissau foi declarada distrito dependente de Cabo Verde e o movimento entre os dois países passou a ser contínuo”.(GRASSI, 2003, p.105 apud. ANDRADE, 1995, p.181).

Séculos mais tarde, com a conferência de Berlim (1885) os cabo-verdianos foram encorajados a emigrar para a Guiné para ocuparem postos em diversos escalões, tanto que entre 1920 e 1940 mais de 70% dos empregos públicos da Guiné-Bissau eram ocupados por Cabo-Verdianos ou seus descendentes, (GRASSI, Idem). A emigração para o Senegal ocorre na mesma época que aquela para a Guiné-Bissau e subsiste na sua forma antiga até à segunda metade do século XX. Em São Tomé e Príncipe e Angola, os Cabo-Verdianos constituíram nos anos 40-50 parte significativa da mão-de-obra que desde o terceiro quartel do século XIX permitiu a instalação das plantações de café. Finalmente o maior nível de escolarização dos cabo-verdianos tornou-lhes um componente fundamental dos funcionários que integravam o sistema de serviços públicos e administração colonial portuguesa nos atuais PALOP.

A emigração para os EUA começa entre 1685 e 1700 com o emprego de pescadores de baleia Cabo-Verdianos nos baleeiros norte-americanos que acostavam inicialmente para se abastecerem (GRASSI, 2003, p.105 apud. CARREIRA, 1977, p.63).

A corrente de emigração *moderna* teve início a partir da segunda grande guerra, quando o campo de emigração se alarga para as regiões semi-industrializadas ou subdesenvolvidas nomeadamente da África (Grassi, 2003, p.105).

As restrições impostas à emigração para os EUA levaram à pesquisa de novos destinos com destaque para a Europa Ocidental onde os elevados níveis de crescimento do pós-guerra justificavam o recrutamento de mão-de-obra exterior. Portugal serviu de plataforma giratória para outros países como Holanda, mais tarde França, Luxemburgo,

Itália, Suíça e Espanha. Estima-se que entre 1963-1973 mais de 100.000 Cabo-Verdianos tenham deixado o seu país, e emigrado para outras partes do mundo.

Características políticas

A República de Cabo Verde, antiga colônia portuguesa, adquiriu a independência a 5 de Julho de 1975. Até 1990, o país viveu um regime de partido único (PAICV), porém, neste ano verificou-se a abertura política que conduziu à instauração de um regime parlamentar com o multipartidarismo.

Em Setembro de 1992, foi aprovada uma nova Constituição que prevê a existência de um sistema político multipartidário - embora estejam proibidos partidos de índole religiosa e regional - com uma Assembléia Nacional popular de 72 membros e um presidente, todos eles eleitos através de sufrágio universal, por um mandato de cinco anos.

Cabo Verde é, portanto, uma democracia constitucional com a separação dos poderes legislativo, executivo e judicial. Verificaram-se já três ciclos eleitorais com duas alternâncias políticas ao nível da governação do país. Atualmente, existem três partidos políticos de maior expressão: o Movimento para a Democracia (MPD), o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e o Partido da Convergência Democrática (PCD).

O Parlamento é constituído por 72 deputados e o governo apresenta-se mensalmente perante este para responder às perguntas e interpelações dos deputados e debater questões de política interna e externa.

O Presidente da República é igualmente eleito por sufrágio universal. Foi instalado o Poder Local com a eleição regular dos titulares dos órgãos: Câmaras Municipais e Assembléias Municipais. Existem hoje 17 municípios no país.

Grupos organizados de cidadãos podem também concorrer às eleições autárquicas e apresentar seus candidatos. A comunicação social é livre e a plena liberdade de expressão é exercida. Há, pois, liberdade de dissenso, espaços cada vez mais amplos de participação e mecanismos de controle do exercício do poder.

Com o advento da democracia multipartidária, verificou-se também uma mudança estratégica a respeito da política econômica, com a opção por uma política de mercado de base privada e a abertura ao investimento externo.

Características Econômicas e Sociais

Cabo Verde é um país Saheliano assim como Burkina Faso, Gâmbia, Guiné Bissau, Malí, Mauritânia, Niger, Senegal e Tchad.

Distingue-se, no entanto desses países a sul do Sahara pelo seu desempenho em matéria de crescimento e desenvolvimento humano. Dados do relatório sobre os objetivos do milênio para Cabo Verde 2004,(ODM 2004) mostram que a economia Cabo-Verdiana é, com efeito, uma das raras na África Subsariana a ter conhecido um grande crescimento na década de 1990, com uma taxa média em termos reais de 6,1% por ano. Esse crescimento rondou os 5% entre 2001 e 2003.

Com uma taxa de crescimento demográfico na ordem de 2,2% por ano, o produto interno bruto (PIB) aumentou em termos reais 3,7% nos anos 1990 e 2,9% entre 2001 e

2003. O PIB real por habitante passou de 902 dólares EU em 1990 para 1420 dólares EU em 2002.

O indicador de desenvolvimento humano⁴ (IDH), que exprime o progresso em matéria de esperança de vida, de rendimento e de educação, passou de 0,587 em 1990 para 0,631 em 1995 e 0,670 em 2002 (PNUD, Relatório Nacional sobre o Desenvolvimento Humano, RNDH, 2004). Cabo Verde é, sobretudo um dos países mais bem posicionados na África Subsariana em termos de IDH (Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, 2003 e 2004). Ao mesmo tempo, o indicador de pobreza humana (IPH), exprimindo as privações em matéria de longevidade, alfabetização e de condições de vida decente no plano económico em geral, baixou de 28,8% em 1990 para 24,8% em 1995, 19,1% em 2000 e 17,7% em 2002 (PNUD, RNDH, 2004).

Apesar desses progressos em termos de desenvolvimento humano, Cabo Verde continua a ser um país vulnerável quer pela sua pluviometria fraca e instável quer pela sua dependência da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e das importações de combustíveis e de gêneros alimentícios.

A ajuda pública ao desenvolvimento que era 13,5% do PIB em 2001, correspondeu em 1998 e 1999 a 24,1% e 23,3% do PIB e muito mais durante a década de 90. A esta forte dependência da APD vêm juntar-se as transferências dos emigrantes que representaram cerca de 10% do PIB nos últimos anos. A APD e as transferências dos emigrantes permitem a Cabo Verde suprir a inexistência de poupança doméstica e assim favorecer a realização de investimentos. A poupança doméstica em percentagem do PIB, que já era negativa em 1992 com -3,5%, caiu para -14,4% em 2001 e -15% em 2002. Ao

⁴ O Relatório Mundial do PNUD (2004) faz estimativas do IDH e do IPH superiores às do INE.

mesmo tempo, os investimentos internos em percentagem do PIB eram de 34,5% em 1992, 19% em 2001 e 21,6% em 2002. Em 2001 e 2002 o Estado de Cabo Verde financiou os seus investimentos em cerca de 55,8% e 54,8%, respectivamente graças aos donativos em capital em comparação com os respectivos financiamentos próprios de 15,4% e 8,1% (FMI, 2003).

A gestão das finanças públicas é relativamente rigorosa, registrando um excedente primário em percentagem do PIB de 0,5% em 2001 e de 3,9% em 2002 (FMI, 2003). Os salários representaram 44,3% e 41,2% dos recursos governamentais próprios em 2001 e 2002 respectivamente. Mas o peso das transferências e das subvenções atingiu respectivamente durante estes dois anos 38,6% e 27,6% das receitas governamentais próprias. O saldo orçamental incluindo os donativos foi de -4,6% e -1,8% respectivamente em 2001 e 2002. Excluindo os donativos, o saldo orçamental em percentagem do PIB foi para os dois anos em consideração -10,4% e -10,2% respectivamente (FMI, 2003).

A economia Cabo-Verdiana continua dominada pelos serviços (comércio, transportes e serviços públicos) com uma contribuição para o PIB de cerca de 71,6% em 2002 em comparação com 17,2% para a indústria e 11,2% para o sector agrícola e a pesca.

O crescimento dos investimentos nacionais enfrenta vários constrangimentos entre os quais podemos citar a inexistência de economias de escala, de poupança local e um sistema financeiro embrionário, pouco direcionado para o crédito à produção industrial. Cabo Verde padece também duma fraca capacidade de exportação que, no entanto, melhorou, permitindo cobrir as importações em 15,7% em 2001 e 14,8% em 2002, contra 2,2% em 1992.

O país enfrenta uma grande dependência alimentar uma vez que a sua produção agrícola apenas cobre 20% das necessidades alimentares básicas da população. O potencial de desenvolvimento agrícola é limitado por condições climáticas áridas e semi-áridas e pela pequena superfície de terras cultiváveis (cerca de 42.000 ha, ou seja, menos de 10% da superfície total) além das incertezas climáticas e de solos de modo geral pouco produtivos.

O uso e controle da água constituem elementos críticos para a produção agrícola de sequeiro e a extrema variabilidade deste fator faz com que a produção de sequeiro seja muito aleatória e imprevisível.

Mas Cabo Verde, além da sua vulnerabilidade, devido à sua insularidade tem também uma grande descontinuidade territorial que aumenta o custo dos fatores, prejudica o desenvolvimento do mercado interno e limita a realização de economias de escala e externas. A insularidade do país dificulta a transmissão dos efeitos do crescimento das ilhas prósperas para as que são menos prósperas (em particular as ilhas rurais).

Apesar dos inúmeros problemas, Cabo Verde é considerado um dos países menos endividados na África Subsariana, com uma dívida externa cifrada em 331 milhões de dólares em 2001 representando 61% do PIB e um serviço da dívida calculado em 13% das exportações durante o mesmo ano. A dívida externa, embora reduzida em comparação com as dos outros países africanos, poderia revelar-se pouco sustentável em caso de abrandamento da atividade econômica. Torna-se, pois necessário para o trabalho aqui desenvolvido atentar para essas especificidades e as singularidades históricas e políticas do país, bem como, as suas implicações para o povoamento e desenvolvimento da agricultura.

Antecedentes históricos: povoamento e agricultura

Santiago foi a primeira ilha do arquipélago de Cabo Verde a ser descoberta em 1460 pelo navegador português Diogo Gomes, o primeiro a desembarcar na ilha que era desabitada. De acordo com Grassi (2003) a primeira capitania, a do Sul, com sede na Ribeira Grande, foi entregue por D.Afonso V ao genovês António de Noli, descobridor das ilhas orientais juntamente com Diogo Gomes.

Como revelam fontes da sua história, o processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde não foi fácil, pois existiam vários pontos negativos nas ilhas que repeliam os potenciais povoadores. Logo de partida deve-se fazer referência a distância das ilhas em relação a Portugal. O arquipélago também não oferecia qualquer tipo de atração para os descobridores: o subsolo não parecia ser rico em metais e não havia plantas indígenas de grande interesse.

O clima árido ou semi-árido também repelia quem quisesse habitar essas ilhas que estando localizadas no trópico de câncer dificultavam a adaptação dos homens e das culturas Europeias. O maior problema climático dessas ilhas era a escassez de chuvas que determinava longos períodos de seca.

Ao contrário dos outros arquipélagos atlânticos já descobertos pelos portugueses cujos solos e clima eram propícios ao cultivo de cereais tão necessários à alimentação do reino, nesse novo arquipélago estes não floresciam. As culturas típicas do mediterrâneo

(vinha, azeitona, cevada, trigo) não conseguiram aclimatar-se à região o que significava mais um passo atrás na estratégia de povoamento do arquipélago.

Perante a aridez do clima, dos solos e da própria paisagem, e a dificuldade de aceder ao litoral das ilhas, foram poucos os europeus que se disponibilizaram para povoá-las. Mesmo assim, alguns portugueses do Algarve e do Alentejo aproveitando da facilidade de saída para o Atlântico Sul partiram para o arquipélago. Como argumenta Grassi (2003), “*Antonio de Noli navegador Português chega a Santiago em 1462 acompanhado por alguns membros da sua família e por portugueses do Alentejo e do Algarve.*”(GRASSI 2003, p.103).

O povoamento só se dá nos séculos XVI e XVII quando os portugueses tomaram consciência da importância das ilhas nas rotas marítimas de comércio. A posição geográfica de Cabo Verde fez com que o país passasse a funcionar como um entreposto comercial quer em relação ao comércio Europeu, quer em relação ao comércio Africano.

Os produtos uma vez em Cabo Verde eram facilmente distribuídos para outras regiões. Muitas embarcações estrangeiras aportavam à costa da ilha de Santiago para adquirirem determinados produtos, fundamentalmente escravos, uma vez que não tinham autorização para comprá-los diretamente na Costa da Guiné.

O povoamento tornou-se possível quando o rei D. Afonso V concedeu aos moradores de Santiago o privilégio de fazerem comércio em toda a costa da Guiné.

“O povoamento de Cabo verde tornou-se possível através da concessão de uma carta de privilégios na qual D. Afonso V oferecia ao Infante D. Fernando uma espécie de jurisdição em matéria civil e criminal sobre todos os mouros, brancos ou negros, livres ou escravos que fossem cristãos”. (GRASSI, 2003, p. 103).

Era intenção dos Portugueses proceder a um povoamento branco como nos Açores e Madeira, mas os rigores do clima e a falta de cereais, base da alimentação dos Europeus não ofereceram as condições para este tipo de povoamento.

Assim, no povoamento de Cabo Verde figuraram portugueses, escravos e negros livres que acompanhavam os comerciantes, os mercenários e os capitães dos navios. Todas as etnias existentes na Guiné participaram, em proporções diversas, na constituição do povo cabo-verdiano.

Agricultura: Da colonização até 1975

O clima caracterizado pela escassez de chuvas determinou durante séculos a penúria econômica das ilhas. A fragilidade agrícola denotada nas ilhas de Cabo Verde decorre principalmente desse clima que não era propício ao cultivo da maior parte das culturas às quais os portugueses estavam habituados. As secas não permitiam as sementeiras e muitas vezes as chuvas torrenciais destruía as culturas. Os solos eram áridos e secos não permitindo a adaptação de determinadas culturas típicas do mediterrâneo. Perante as condições descritas ainda tentou-se adaptar determinadas culturas a essas condições e introduzir outras típicas da agricultura portuguesa ou dos territórios atlânticos anteriormente descobertos.

Assim, com a colonização e o povoamento das ilhas de Cabo verde algumas culturas como o milho, a cana de açúcar, a mandioca, o arroz, o algodão, o café e o tabaco, foram introduzidas visando à obtenção de produtos que tivessem um valor de troca em nível mundial. (PEREIRA, 2005, p.11).

Cabo Verde conheceu um desenvolvimento econômico bastante importante nos primeiros dois séculos da sua colonização que se assentava essencialmente no comércio e tráfico de escravos entre a costa Africana e a Europa.

O tráfico de escravos teve um papel extremamente importante na economia das ilhas, e as fontes históricas mostram a sua importância fundamental na agricultura. Desde o início da colonização vários produtos agrícolas foram cultivados e exportados como, por exemplo, algodão, anil, tabaco, cana-de-açúcar etc. As grandes propriedades rústicas⁵ ou “morgadios” cultivavam tanto produtos para exportação como produtos para o mercado interno, ou seja, produtos destinados à alimentação da família do morgado, dos escravos e de outros trabalhadores. Apesar das condições climáticas adversas, a agricultura, a pecuária e o tráfico de escravos foram de extrema importância para o desenvolvimento do arquipélago.

As vantagens concedidas pela coroa aos moradores das ilhas não só no que diz respeito à aquisição de escravos, mas também na isenção de impostos sobre o produto exportado e na exclusividade de determinadas áreas para o comércio impulsionavam grandemente a atividade agropecuária. (FURTADO, 1993, p.36).

O comércio de produtos agrícolas, pecuários e industrializados, era feito por mercadores que conseguiam da coroa a autorização e, por vezes, o monopólio de comercialização em áreas por ela fixadas, ou ainda, através de arrendamento.

Os contratadores tinham total liberdade de realizar a sua atividade sem interferência da Fazenda Real. *A esta cabia garantir o cumprimento do contrato e o*

⁵ Essas propriedades e todos bens vinculados a elas eram inalienáveis e indivisíveis.

pagamento dos impostos bem como evitar que outros mercadores ou contrabandistas atuassem em área já arrendada. (FURTADO, 1993, p.36).

O arquipélago de um modo geral e a ilha de Santiago em particular, era um dos pontos cruciais da navegação no atlântico. A ilha passou a ser um ponto de abastecimento dos navios que aí aportavam bem como um entreposto comercial. Produtos agropecuários, industrializados e uma grande quantidade de escravos eram comercializados a partir da cidade de Ribeira Grande⁶. O privilégio concedido aos moradores da ilha de Santiago para fazer tratos e resgates de escravos na costa Africana permitiu uma grande movimentação de navios e de mercadorias provenientes de Portugal.

As atividades agrícolas desenvolviam-se num ritmo bastante acelerado a partir da introdução de novas culturas. A diversidade de produtos de origem agropecuária para exportação cresceu apesar da falta de chuvas e das secas.

A agricultura e o comércio em Cabo verde começaram a entrar em declínio nos finais do século XVIII, acentuando-se no século XIX com a crise do comércio escravista.

A prosperidade econômica das ilhas de Cabo Verde vale dizer, da agricultura e comércio que se inicia com o povoamento e conhece um grande desenvolvimento no decorrer dos séculos XVI, XVII e parte do século XVIII, entrará em declínio a partir do final desse mesmo século, acentuando-se no século XIX, com a crise do sistema escravista. Essa decadência econômica marcaria toda a história econômica ulterior do arquipélago, levando a uma nova forma de exploração da terra e a uma nova orientação da agricultura, já que o comércio e a exportação caíra bruscamente (FURTADO, 1993, p. 41).

⁶ Ribeira Grande foi a primeira cidade de Cabo Verde foi capital administrativa e sede do bispado.

Obstáculos ao Desenvolvimento Agrário

Segundo Couto (2001) a atividade da agricultura estava condicionada pela existência da mão-de-obra escrava embora nunca ultrapassasse a mera esfera da subsistência na sua grande generalidade devido a vários obstáculos: Falta de terras, técnicas arcaicas e natureza do sistema fundiário. *Este sistema excluía as inovações tecnológicas e o único modo de investimento baseava-se no aumento de terras e da quantidade de escravos.* (COUTO, 2001, p.78).

Era a lógica interna do sistema que se auto-alimentava. Os objetivos em longo prazo da expansão portuguesa pareciam centrar-se no crescimento do setor comercial. A conseqüência dessa política econômica foi uma crônica baixa de produtividade e um incipiente mercado de exportação que as secas sucessivas haveriam de agravar. (COUTO, 2001, p.78).

As situações provocadas pelas sucessivas secas foram agravadas pelo sistema de posse de terra e pelas políticas econômicas coloniais de um sistema de gestão apropriado à região semi-árida tropical. *“Os colonialistas portugueses, através da sua política, não procuravam soluções para desenvolver culturas melhor adaptadas às condições locais”.* (COUTO, 2001, p. 79, Apud, MORAN, 1982).

Ainda segundo Couto, uma breve análise do crescimento das colheitas da região do *Sahel* serve para demonstrar, de forma clara, as conseqüências desastrosas do milho como um alimento básico para a população cabo-verdiana. Este autor afirma que:

Os níveis de pluviosidade de Cabo Verde rondam, em média, os 250- 375 mm e muito raramente atingem os níveis de precipitações exigidos para a cultura do milho. Por isso, o milho surge, para Moran, como uma das mais importantes causas dos sucessivos déficits alimentares e fomes existentes no arquipélago.

Moran considera o processo de colonização portuguesa tendo em conta essas discrepâncias, como um processo de portugalização não obstante a alegada capacidade de adaptação aos trópicos dos colonialistas portugueses (COUTO, 2001, p. 79, Apud, MORAN, 1982).

Os colonialistas transplantaram tanto quanto possível e de maneira generalizada produtos similares aos da metrópole isolando Cabo Verde do mundo agrário *saheliano*.

Ainda de acordo com Couto (2001) a reprodução de Portugal em Cabo Verde foi incentivada no seio da sociedade mestiça que sobrevalorizou os traços culturais Europeus, e estes bloquearam a abertura para as raízes africanas, ou seja, a fonte de conhecimentos úteis para o quotidiano do arquipélago.

Não obstante os limites da adaptação do milho ao ecossistema das ilhas que fornecem apenas metade das necessidades de água daquele cereal, ele continua sendo a base da alimentação das populações, sendo proveniente, em grande parte, da ajuda alimentar internacional.

Percebe-se, portanto, que foram vários os fatores que interferiram no desenvolvimento da agricultura cabo-verdiana e que ainda hoje se perpetuam. Couto (2001) afirma numa das suas passagens: *“Temos, assim, uma situação onde convergem fatores climáticos, biogeográficos e culturais como o uso da terra mantido pelos portugueses desde 1460”* (COUTO, 2001, p.79).

Vários autores criticam a influencia que as políticas das grandes potências tiveram na agricultura das suas colônias. Moreira (2001), por exemplo, afirma que:

A evolução da agricultura dos territórios pobres/ ou não industrializados nomeadamente dos territórios sujeitos a processos de colonização foi em teoria e na pratica condicionada

por dinâmicas externas resultantes dos interesses das potencias com que esses territórios ou países estão relacionados. Influências ditadas pelos interesses econômicos dos agentes oriundos dessas potências e dos interesses geopolíticos da potencia dominante. Determinantes externas que condicionam, em grande parte, o modo como, atualmente, as agriculturas desses territórios se interagem no fenômeno globalizador e justifica que se dê atenção aos aspectos mais salientes da dinâmica da dependência (MOREIRA, 2001, p.109).

Segundo esse mesmo autor, em pleno período do domínio colonial os territórios pobres e dependentes tinham, por definição, a evolução das suas agriculturas condicionada pelos interesses das potencias administrativas, influencia que se manteve além do período colonial propriamente dito.

Couto (2001) afirma que outros fatores históricos vêm enviesando a produção agrícola e a gestão dos recursos que mantém Cabo Verde num precário equilíbrio com a natureza. É o caso do sistema de propriedade e a estrutura agrária de raiz mediterrânea (a “capela” e o “morgadio”). Para este autor desde o século XVI que a ilha de Santiago conhece a existência de proprietários, que além de escravos, possuíam casa grande e terras de sequeiro e regadio, pastos currais e casas na cidade. Esses bens eram chamados “morgadios” e “capelas”.

O “morgadio” era um conjunto de bens que estava vinculado indissolavelmente a uma família. Essa forma de propriedade inalienável e indivisível era transmitida em linha masculina através do primogênito. Os irmãos eram excluídos e apenas recebiam subsídios tirados do rendimento do morgado, possuidor do vínculo e administrador dos bens que o integravam.

A “capela” constituía um conjunto de bens ligados á continuidade de um culto acabando por constituir-se num tipo de morgado porque, indissolivelmente vinculada a uma família, essa cumpria os deveres religiosos inerentes ao culto, em contrapartida usufruía desses bens. Tanto num sistema como noutra o trabalho do solo era realizado por escravos. Estes constituíam o grosso da população, provinham da África, de regiões com ecologia muito diferente da de Cabo Verde e dispunham, portanto de uma rotina agrária e de costumes evoluídos em regiões continentais, planas, arborizadas e úmidas, impróprios ou dificilmente adaptáveis a ilhas pequenas, montanhosas sem arborização e áridas.

Essa divisão dos terrenos afastou grande parte da população do acesso a terras próprias para o cultivo. Mesmo com a erradicação do sistema o regime latifundiário continuou predominando no arquipélago sob outras formas. Couto mostra que mesmo depois da abolição do “morgadio” não houve modificação no regime latifundiário existente nas ilhas, tendo-se perpetuado as grandes propriedades fundiárias.

A abolição do morgadio dar-se-ia onze anos antes da abolição da escravatura, ou seja, em 1864. Contudo, a modificação do sistema fundiário vigente não alterou a forma do regime latifundiário. Com a abolição houve uma primeira fase de fragmentação fundiária, mas a grande propriedade perpetuou-se através de estratégias matrimoniais e aquisição de terras (COUTO, 2001, p. 81, Apud, AMARAL, 1964).

Depois do sistema de “morgadios” e capelas passaram a vigorar os sistemas de pareceria e arrendamento ao ano, na base de contratos pouco justos (Teixeira, 1960).

Pereira (2005) afirma que a economia que foi marcada pela importância dos “morgados”, com o sistema agrário de morgadios, viu a sua situação complicar após a abolição da escravatura e da promulgação de algumas leis proibitivas de exportação de

produtos cabo-verdianos. Os “morgados” não tinham mais capacidade para revigorar o sistema agrário e nem de manter a mão-de-obra que tinha se tornado assalariada, pois não tinha mais condições financeiras de fazê-lo. Uma das soluções encontradas foi a adoção do sistema de arrendamento e parceria.

Como enfatiza Furtado, em Cabo Verde ao contrário do que aconteceu em outras formações socioeconômicas assentes no sistema escravista, a solução para a crise *não se deu através da importação de colonos, como no caso Brasileiro, ou na forma de assalariamento tipicamente capitalista, mas em formas indiretas de exploração da terra.* (FURTADO, 1993, p. 50).

Os “morgadios” foram divididos uma vez que o “morgado” não podia mais explorar diretamente a sua propriedade. Este não possuía um capital inicial necessário ao pagamento dos assalariados e à aquisição dos outros meios e fatores de produção, pois não havia instituições de crédito que pudessem assegurá-lo.

No sistema de parceria o camponês tinha que garantir toda a produção: as sementes, os instrumentos de trabalho, a mão-de-obra, a colheita, e inclusive em muitos casos, a parte do morgado. A relação de dependência entre o parceiro e o morgado que já era muito forte, foi acentuada pela estrutura agrária surgida com o advento do trabalho livre.

O rendeiro era aquele que possuía terras em regime de arrendamento; não tinha que dividir a colheita com o morgado, mas mantinha um vínculo contratual geralmente anual, e era obrigado a pagar a renda sem atraso sob pena de ficar sem terra para o cultivo no ano agrícola subsequente.

A partir do sistema de arrendamento e parceria surgiu a ânsia de libertação do trabalho físico, símbolo da antiga sujeição considerado estigma de indivíduos de baixa condição social.

Para Furtado não houve mudança significativa na estrutura agrária cabo-verdiana até à independência. Este autor afirma que:

Este tipo de estrutura agrária e essa forma de exploração das propriedades fundiárias mantêm-se praticamente inalteradas, desde o fim do sistema escravista até a independência em 1975, apesar de algumas leis terem sido elaboradas pelo governo colonial, no sentido de mudar as relações coloniais no campo. Mesmo durante o período liberal monárquico, a estrutura e a forma de exploração agrária em Cabo Verde não se modificaram. Ainda que o problema do parcelamento das terras tenha sido objeto de regulamento em 1953, o que se verificou depois foi a continuidade, senão o agravamento da questão .(FURTADO, 1993, p. 50).

Com estes sistemas começa a progredir a decadência da já frágil agricultura cabo-verdiana. Ainda segundo Furtado (1993) apesar das autoridades coloniais terem constatado que a estrutura agrária cabo-verdiana era extremamente prejudicial aos rendeiros e parceiros, influenciando negativamente a própria produção agrícola, nenhuma medida efetiva foi tomada no sentido de corrigir esta situação. Segundo o mesmo autor, a escassez de legislação específica ao domínio agrário durante todo o período colonial, aliada ao não cumprimento das poucas existentes, favoreceram certo marasmo no desenvolvimento de políticas agrícolas em Cabo Verde.

Do início deste século à independência foram feitas algumas leis referentes à política agrária que o governo da metrópole pretendia implantar. Porém essas

determinações legais tiveram pouco êxito em Cabo Verde, devido às próprias injunções políticas e econômicas da então colônia.

Agricultura Hoje

Vários fatores interferiram e interferem ainda no desenvolvimento da agricultura cabo-verdiana. O potencial agrícola do país que sempre foi fraco não sofreu grandes alterações desde a independência. A sua produção satisfaz apenas 10% a 15% das necessidades de consumo de bens alimentares.

Nos anos de melhores resultados agrícolas, registram-se alterações significativas dos indicadores macroeconômicos, como é o caso da inflação e do poder de compra dos consumidores, através da redução dos preços no mercado.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 1992- 1995(PND, 1992-95) estimou que cerca de 45% da população ativa encontrava-se empregada na agricultura. Atualmente esse potencial deve ter aumentado, mas segundo dados do INE, a contribuição do setor agrícola na formação do Produto Interno Bruto (PIB) continua a ser relativamente reduzida, atingindo uma média anual de 7% do PIB. Embora o seu peso no PIB tenha oscilado entre 9% e 12% durante a década de 1990, é indiscutível o papel econômico e social do sector da agricultura, silvicultura e pecuária, particularmente nas zonas rurais. A produção agrícola tem desempenhado um papel especial na estabilização dos preços em geral e dos bens alimentares em particular. A proporção agrícola e alimentar na estrutura do PIB é demonstrada a seguir (Tabela VI).

Tabela VI - Proporção da produção agrícola e alimentar na estrutura do PIB

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Sector primário	14,5	13,5	12,3	12,4	11,2	11,2
Agricultura	8,5	7,5	6,6	6,4	5,3	5,4
Aguardente e mel	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5
Pecuária	1,7	1,3	1,3	1,5	1,5	1,5
Silvicultura	1,7	1,8	1,7	1,7	1,6	1,4
Pesca	1,2	1,3	1,0	1,2	1,3	1,3
Sector secundário	19,5	19,6	19,7	19,8	19,1	19,2
Congelamento e conservas de peixe	0,2	0,5	0,2	0,2	0,2	0,2
Outras indústrias alimentares	2,3	2,3	2,2	2,1	2,3	2,2
Sector Terciário	60,6	60,5	60,6	62,0	62,3	62,9

Fonte: DSA/INE 2002

Segundo o DSA 2002 a produção agrícola em Cabo Verde atualmente está quase que exclusivamente voltada para o consumo interno. A produção nacional de cereais não cobre 10% das necessidades da população e o feijão tem uma cobertura de cerca de 30% das necessidades. O milho, único cereal produzido localmente cobre em média apenas 5% das necessidades em cereais, salvo raras exceções como em 1999/2000 onde a taxa de cobertura atingiu um pouco mais de 20% .

Atualmente a agricultura cabo-verdiana é uma agricultura familiar de micro-proprietários com uma superfície média de explorações que não ultrapassa os 1,5 hectares. A pequena dimensão das explorações agrícolas não é suficiente para assegurar a subsistência (segurança alimentar) das famílias rurais.

Informações disponibilizadas no documento de estratégia de crescimento e redução da pobreza (DECRP, 2004) mostram que a agricultura cabo-verdiana está incluída num ecossistema extremamente frágil, (fortes declives, chuvas irregulares e torrenciais, vento permanente, escassez de água) e possui um sistema fundiário caracterizado pelas formas de exploração indireta, arrendamento e parceria.

Existem dois sistemas de exploração agrícola no país: a agricultura de sequeiro e a agricultura irrigada. As principais atividades desenvolvidas no arquipélago sempre estiveram direta ou indiretamente relacionadas com a agricultura de sequeiro que constitui a atividade econômica de sobrevivência da população. É praticada nos meses de Julho a Outubro e ocupa cerca de 70% das explorações. As produções muito aleatórias, quando ocorrem são muito baixas para não dizer irrisórias devido a fatores como a pouca quantidade de água disponível, e a baixa fertilidade dos solos.

As principais culturas de sequeiro são o milho que como já enfatizamos é o único cereal produzido internamente, o feijão e o amendoim, constituindo as duas primeiras, a base da dieta alimentar do país. Ainda segundo informações do DECRP 2004, os efeitos meteorológicos sobre a produção agrícola conferem à produção desses produtos um caráter extremamente aleatório. São praticadas em regime de subsistência, tendo-se revelado pouco produtivas e de colheita incerta. Há variedades de feijões. Conforme o DSA existem os feijões e o feijão Congo. Este último também chamado de feijão ervilha, adaptou-se muito bem ao clima e ao solo de Cabo Verde. (Tabela VII)

Tabela VII - Evolução da produção de sequeiro - Unid: T.

Ano	Milho	Feijões	Feijão Congo
1987	21182	9753	4228
1988	16507	9806	2265
1989	9714	1601	223
1990	11418	3074	430
1991	8258	2217	Nd
1992	10265	3182	115
1993	11888	1795	127
1994	3163	137	Nd
1995	8166	1808	558
1996	1304	58	Nd
1997	4900	1634	396
1998	4883	1032	91976
1999	36439	7050	782
2000	24341	ND	Nd

Fonte: DSA-2002

A agricultura irrigada atualmente ocupa uma área entre 1500 a 2000 hectares de terra arável em função das precipitações e da quantidade de água mobilizada e disponibilizada. Esta agricultura é praticada, sobretudo, na época seca (Novembro a julho) mediante o aproveitamento das águas subterrâneas. A extensão das áreas potencialmente

irrigáveis varia entre 1357 a 1209 hectares, concentradas nas ilhas de Santo Antão e Santiago. (Tabela VIII).

Tabela-VIII Áreas Irrigadas e Potencialmente Irrigáveis em Cabo Verde

ILHAS	Áreas (ha) Irrigadas	Áreas (ha) Potencialmente irrigáveis
Santo Antão	997	1.357
São Vicente	49	250
São Nicolau	72	149
Sal	2	4
Boavista	10	16
Maio	8	35
Santiago	658	1.209
Fogo	12	78
Brava	10	11
Total	1.821	3.109

Fonte: DSA-2002

A principal restrição física ao desenvolvimento desse tipo de agricultura deve-se à insuficiência de recursos hídricos.

Metade da superfície irrigada é ocupada pela produção da cana sacarina e a outra metade pela produção de hortícolas e frutas. Como as culturas que predominam ocupam o solo todo a ano, a intensidade cultural é fraca.

Apesar das inúmeras vantagens oferecidas pelos sistemas de irrigação gota a gota, muitos agricultores se deparam com algumas dificuldades, no que diz respeito ao investimento inicial para a aquisição de equipamentos e acessórios para a implementação dos mesmos.

Posse dos meios de produção

A assimetria na posse da terra é uma causa da pobreza no meio rural. As práticas agrícolas são condicionadas e por isso, tecnologicamente, pouco evoluídas. A falta de acesso à terra e, em particular, a terras de boa qualidade e o modo de exploração (renda, parceria), a quase inexistência de crédito agrícola são os principais fatores inibidores do aumento sustentado da produção agro-alimentar. O elevado número de produtores sem posse da terra, fundamentalmente rendeiros, em situação de debilidade em relação ao proprietário, tem dado origem a investimentos demasiado marginais no sistema produtivo.

O fraco acesso aos meios de produção não permite a intensificação dos sistemas produtivos e a renovação da fertilidade dos solos. Os investimentos agrícolas, por parte dos agricultores, em infra-estruturas rurais e outros fatores de produção apresentam-se modestos.

Os instrumentos de apoio, como os créditos são insuficientes. O crédito agrícola é praticamente inexistente. Somente 2,5% do crédito à economia é destinado ao sector agrícola (incluindo a pesca). O crédito rural vem constituindo um forte estrangulamento financeiro ao sector produtivo, relacionado com o seu deficiente funcionamento que se traduz na difícil disponibilidade financeira e no precário sistema de seguimento com reflexos na concessão de crédito.

A Horticultura

A horticultura é considerada um dos setores mais rentáveis da agricultura cabo-verdiana. A sua produção tem potencialidades para abastecer o mercado em todos os principais produtos, á exceção da cebola e da batata comum.(DECRP, 2004). Os principais produtos em termos que quantidade produzida são o tomate e o repolho. Em relação aos tubérculos, a produção abastece todo o mercado interno, com a exceção da batata comum que satisfaz apenas 30% as necessidades de consumo. A evolução da produção de regadio de 1991 a 2000 é apresentada abaixo (Tabela IX).

Tabela IX-Evolução da Produção de Regadio (em toneladas)

Produtos	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produção Hortícola										
Abóbora	705	750	855	855	855	855	915	900	950	1250
Alface	32	32	48	288	256	318	380	384	750	735
Cebola	960	960	1080	780	840	973	1105	1036	1375	1520
Cenoura	308	418	396	440	660	653	645	728	855	998
Couve	600	600	600	360	360	510	660	660	830	1770
Feijão Verde	12	12	36	36	24	33	41	40	60	81
Melancia	105	25	165	150	120	124	128	150	525	606
Pimentão	300	420	800	860	750	1033	1316	1246	1620	1739
Pepino	105	240	165	225	250	295	340	495	1020	813
Repolho	1450	1625	2050	2200	2200	2335	2470	2673	4365	4193
Tomate	960	960	1476	1500	1500	2348	3195	3179	3816	4246
Diversos	114	195	315	354	410	518	625	560	815	572
Total Hortícolas	5651	6237	7986	8048	8225	10025	11820	12051	16981	18523
Produção de Tubérculos										
Batata-doce		3080	3080	3150	3164	3232	3300	3400	3800	3700
Mandioca		2800	3200	3200	3200	3150	3100	3100	3400	3500
Batata Comum		1785	2370	1386	2160	1305	2450	2600	2500	3500
Total de Tubérculos		7665	8650	7736	8524	7687	8850	9100	9700	10700
TOTAL		13902	16636	15784	16749	17712	20670	21151	26681	29223

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do boletim anual da CNASA, 2000⁷

Fruticultura

A importância do setor da fruticultura na totalidade da agricultura cabo-verdiana é grande. Infelizmente não existem dados estatísticos concretos que permitem calcular a contribuição deste setor para a formação do PIB.

A produção de frutas é ainda considerada fraca devido à predominância do regime de sequeiro para a maioria das fruteiras, com exceção da papaia e da banana.

⁷ As autoridades oficiais não dispunham na altura da pesquisa de campo de dados atualizados sobre a produção de regadio por isso utilizamos os dados de 1991 á 2000.

Cultivam-se fruteiras em todas as ilhas, porém, Santiago, Fogo e Santo Antão são as ilhas onde esse cultivo apresenta maiores resultados.

O potencial produtivo em zonas de alta e baixa altitude permite aprovisionar o mercado doméstico com uma gama bastante diversificada de produtos de períodos diferentes. O calendário de produção das fruteiras é variável; espécies mais populares como a banana, a manga, a papaia e a goiaba têm uma estação longa; A banana é produzida durante todo o ano.

A estimativa da produção frutícola atual situa-se segundo dados do DSA entre 10.000 e 12.000 toneladas por ano. Dessa produção total, entre 6.500-7000 toneladas são bananas. A produção é fortemente sazonal para certas frutas (manga) e a qualidade medíocre de certas produções (laranjas) dão lugar a perdas importantes entre a produção e o consumo. A cultura do café tem uma importância econômica grande no contexto da agricultura nacional. Da análise da produção verificou-se que o ano de maior produção foi o de 1964 com o total de 162,3 toneladas e o de menor produção o de 1988 com 5,2 toneladas. O valor da produção do café traduzido em dinheiro representa grandes somas o que permite concluir a sua importância econômica no contexto das espécies frutícolas do país.

Produção Pecuária

Estimativas do INE indicam que a produção e produtividade pecuária nacional são fracas devido a fatores estruturais e a utilização de técnicas rudimentares de criação.

Não obstante a sua fraca participação na formação do PIB, a pecuária desempenha um papel particularmente importante na satisfação das necessidades das populações em proteínas e gordura animal, assegurando quase 100% do abastecimento do mercado nacional em carne e ovos e em menor escala leite. (DSA, 2002)

A pecuária em Cabo Verde é estreitamente associada à agricultura praticada pelas explorações familiares. Mais de 99% das unidades de exploração pecuária são do tipo familiar tradicional, que praticam a pequena pecuária como atividade complementar à agricultura. O mais freqüente é a criação de galinhas (83%), de suínos (81%) e caprinos (70%). Apenas 29% das unidades possuem bovinos.

Existem poucas unidades de exploração pecuária do tipo empresarial ou cooperativo (cerca de 0,5%) e estas, concentram-se, sobretudo nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Sal e Santo Antão. Quase todas elas dedicam-se à avicultura intensiva.

A Pesca

Os recursos marinhos constituem parte significativa dos recursos naturais de que Cabo Verde dispõe, contribuindo para a dieta alimentar da população e para o desenvolvimento de atividades importantes do ponto de vista social (emprego e redução do êxodo rural) e com potencial para a criação de riquezas através da sua maior valorização e exportação.

A sua exploração é assegurada por unidades de pesca artesanal e industrial, concentrando-se uma parte significativa das atividades empresariais nos domínios da conservação, transformação e exportação. De acordo com consultores da câmara das

canárias⁸ em Cabo Verde, a atividade da pesca vem desempenhando uma modesta contribuição na formação do produto interno nacional, não obstante o seu papel social e econômico ser muito mais importante do que o refletido por este indicador.

Não obstante as limitadas potencialidades e o acesso preferencial aos mercados externos, a produção tem-se mantido, de 1995 a 1999, à volta de dez mil toneladas (pesca artesanal e industrial em conjunto), o que representa apenas cerca de 30 a 40% das disponibilidades totais da ZEE, sendo a contribuição do sector para o PIB a oscilar entre 1 e 2% desde 1985. (DSA, 2002). Abaixo pode-se ver a evolução da capturas de peixe por unidade de toneladas de 1995 à 2000(Tabela X).

Tabela X - Evolução das capturas de peixe - Unid: T

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pesca artesanal	4.547	4.912	4.920	5.245	5.414	6977
P. semi-industrial e industrial	3.948	4.243	4.707	4.219	4.323	3844
Total	8.495	9.155	9.627	9.465	9.737	10821

Fonte: DSA 2002- INDP/ Boletim estatístico - Divisão de Estatística

As capturas da pesca industrial servem para o abastecimento do mercado nacional e fundamentalmente para a exportação. As exportações de produtos da pesca representam

⁸ A Câmara das Canárias em Cabo verde fez em 2003 um estudo sobre a questão da alimentação no arquipélago. O mesmo está disponibilizado no seguinte *site*: www.africainfomarket.com.

em torno de 17% das exportações nacionais e a totalidade das exportações de produtos alimentares, principalmente depois da queda das exportações de banana. As capturas da pesca artesanal são consumidas na sua quase totalidade pelo mercado nacional, predominando o consumo de pescados frescos. Da produção de frescos, uma parte é reservada ao autoconsumo e a outra dirigida para os mercados municipais e ambulantes. São geralmente as mulheres que se ocupam da sua comercialização. Estima-se o consumo médio anual de pescado per capita em 23,4 Kg/hab.

Exportação

A exportação dos produtos da pesca representa uma fonte de divisas que contribui para o equilíbrio da balança de pagamentos. Segundo os consultores da câmara das canárias, em 1993, os produtos da pesca detinham um peso grande dentro do contexto das exportações de Cabo Verde, contribuindo com 63% do total exportado. Entretanto, apesar das exportações dos produtos da pesca continuarem a aumentar, até 1997, a sua contribuição em volume e valor nas exportações totais do país foi diminuindo, porque houve o aumento de um grande número de novas indústrias como as de calçados e vestuário, que deram grande impulso às exportações nacionais.

Nos últimos anos as exportações das pescas diminuíram devido à perda do mercado da cavala, e a partir de 1999, com o embargo de 4 anos da União Européia (EU) (1993-2003). Nesses anos a diminuição da contribuição dos produtos da pesca, acentuou-se, tendo representado apenas 3% do total das exportações realizadas em 2001.

Com a recuperação desse importante mercado, em 2003, devido ao término do embargo, os dados das exportações de 2004 indicaram sinais de recuperação, com um

aumento de 133% no valor das exportações. Para ultrapassar o embargo e contribuir para a promoção da qualidade dos produtos foi criada uma autoridade competente; que reviu a autoridade do setor, equiparando-o às diretivas da União Européia.

Essa autoridade instalou um laboratório oficial com capacidade para a realização das principais análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos da pesca e da água de acordo com as normas sanitárias nacionais e internacionais. Criou também estabelecimentos de processamento, transformação e armazenagem dos produtos da pesca.

Os principais produtos exportados em valor são as lagostas⁹ e os peixes, tanto frescos como congelados. São exportados também outros produtos como as conservas de atum, farinha dos crustáceos e materiais de pesca nomeadamente o anzol sendo que esses últimos de forma pouco sistemática. Em termos de volume, as exportações concentram-se sobre o atum e o peixe tanto congelado como fresco e em menor grau e qualidade, sobre as conservas e lagostas.

Ainda segundo os consultores da Câmara das Canárias, até 1999 as exportações destinavam-se, essencialmente para os países da EU entre os quais se destacavam Portugal, Itália, França e Países Baixos, com uma concentração nos primeiros países referidos. Com o embargo imposto pela EU, os exportadores tiveram que procurar mercados alternativos para a colocação dos seus produtos e nesse contexto surgiram como novos destinos os EUA, e alguns países do continente Africano como Moçambique, Mauritânia, Senegal, Angola e São Tomé e Príncipe. Esses novos mercados contribuíram para a diminuição do valor das exportações, por serem menos remuneradores. Os números

⁹ Com a perda do mercado Europeu, de 1999 à 2003, constatou-se uma redução drástica da exportação do peixes frescos e congelados, tanto em volume como em valor, passando a lagosta a ser o principal produto de exportação.

ativos de exportações conheceram um franco aumento a partir de 1995. A política de incentivos das pescas e de abertura de investimento externo com a adoção de diversas estratégias de promoção, como a isenção fiscal, levou a criação de um número considerável de sociedades individuais ou coletivas nacionais e mistas trabalhando simultaneamente em vários ramos de atividade desde à captura à comercialização, passando pela transformação.

Em 2004 estiveram ativos cerca de 6 exportadoras de produtos de pesca, 100% delas localizados nas ilhas do Sal e S. Vicente. Entre as principais exportadoras constam-se a Sal-Sesimbra Lda. com 64% das exportações a Palmeira Pesca Lda. Com 22% e a Frescomar S.a.r.l. com 6% das exportações realizadas em 2004.

Contribuição da pesca para o Emprego

O setor das pescas tem um respeitável papel na geração de emprego, envolvendo diretamente cerca de 5% da população economicamente ativa em 2000. Contudo o emprego no setor das pescas tem tido um fraco aumento devido à redução dos empregados administrativos e industriais conforme se pode ver na tabela que se segue. Esses últimos foram originados pela redução das atividades e pelo encerramento de algumas conservarias. Porém o emprego em nível da comercialização conheceu um aumento significativo. Para os consultores da Câmara das Canárias a percentagem da população ativa empregada no setor diminuiu, mas tal fato é explicado pelo aumento considerável da população economicamente ativa que duplicou. A evolução do emprego nas pescas de 1982 à 2002 pode ser na tabela abaixo(Tabela XI).

Tabela XI - Evolução do Emprego direto nas Pescas

	1989	1995	2002
População Total	336.610	385.957	434.624
População Ativa	95.186	137.958	174.664
Pescadores Artesanais	4.258	5.521	4.283
Pescadores Industriais	710	452	966
Vendedoras	1.500	2.100	3.500
Empregados Industriais	-	-	166
Empregados administrativos	453	445	120
Total de Emprego nas Pescas	6.921	8.518	9.065

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados disponibilizados pela Câmara das Canárias -2003

Constrangimentos ao aumento da produção agro-alimentar

Para além das reduzidas dimensões das propriedades agrícolas, exploração indireta das terras, utilização de técnicas pouco adequadas, outros fatores restritivos podem ser enunciados tais como práticas arcaicas e obsoletas de exploração, sistema de comercialização deficiente e dificuldades de acesso ao crédito. (DSA, 2002).

A esses fatores inibidores de produção, registra-se ainda a falta de infra-estruturas de conservação e de potenciais mercados que são, sem dúvida, elementos estimuladores de produção. De igual modo, os custos elevados de transporte provocado pela descontinuidade geográfica, constituem por si só, uma desvantagem em termos de concorrência para o mercado nacional e internacional.

O sector pecuário, devido a fatores limitadores, nomeadamente falta de pasto e água, elevado custo das rações, existência insuficiente de animais de raça melhorados, predomínio da tecnologia tradicional, vê a sua contribuição situar-se aquém das suas potencialidades. O problema principal é a irregularidade da produção forrageira, que depende das chuvas. No entanto, a área potencialmente produtora de forragem que é 275490 ha tem capacidade para cobrir as necessidades alimentares do efetivo.

O número de embarcações artesanais apresenta uma tendência decrescente, apesar da taxa de embarcações a motor ter evoluído consideravelmente. No domínio da pesca artesanal, a ausência de plataforma limita as potencialidades.

As principais dificuldades de abastecimento no setor da pesca resultam das carências no tratamento e conservação, do deficiente sistema de comercialização e de meios de transporte acessíveis e adequados, o que leva a que, a captura e a venda sejam no mesmo dia. Essas condicionantes afetam o consumo nas diversas ilhas, porquanto as capturas, quando elevadas, não podem ser autoconsumidas na totalidade. A inexistência de garantia de escoamento provoca limitações nas capturas, apesar de melhorias significativas introduzidas nos circuitos de comercialização, como nos meios para conservação do pescado em quase todas as ilhas. No que concerne à exportação dos

produtos da pesca, constata-se uma acentuada diminuição nos últimos cinco anos, sobretudo a exportação de cavala.

Vulnerabilidades atuais da agricultura Cabo-Verdiana

A localização *Saheliana* do país faz com este sofra efeitos catastróficos de secas cíclicas, especialmente desde os finais da década de setenta. O setor agrícola é fraco estruturalmente consequência de vários fatores¹⁰.

Apenas 10% da superfície do país, ou seja, 40.000 ha tem vocação agrícola considerando os limites da tecnologia o que indica que a produção alimentar é constantemente deficitária (DECRP, 2004). Os efeitos da desertificação, a degradação do solo provocada pelos agentes erosivos, bem como a própria intervenção desafortunada do homem Cabo-Verdiano¹¹ conduziu a práticas agrícolas inadequadas. De acordo como PND 2002-2002 o país nunca será auto-suficiente na produção de cereais.

As condições climáticas constituem uma ameaça permanente para a agricultura caboverdiana. A raridade e irregularidade das chuvas levam a secas cada vez mais longas, e consequentemente a um *déficit* hídrico permanente e ao avanço da desertificação. Nestas condições excepcionalmente difíceis, a produção alimentar é constantemente deficitária.

Ainda segundo dados do DECRP à insuficiência da produção junta-se a sua instabilidade, que está ligada ao regime pluviométrico, tanto em volume de chuvas como

¹⁰ Chuvas escassas ou irregulares, exigüidade do território, solos propícios á erosão.

¹¹ Ao longo dos anos as áreas de cobertura vegetal foram sendo devastadas para satisfazer as necessidades em energia lenhosa.

no plano da repartição das chuvas no espaço e no tempo. Os rendimentos da produção de milho variam significativamente de ano para ano.

No decorrer dos últimos 30 anos, apenas em 1999 registrou-se uma produção recorde de 36.500 toneladas de milho. Apesar disso, nesse mesmo ano, a produção não cobriu mais do que 40% das necessidades em cereais. A flutuação das produções agrícolas é vasta e imprevisível, e constituem um risco enorme para as populações rurais no plano alimentar. A extrema pressão exercida pelo crescimento da população (2,4 % por ano no decurso dos anos 90) sobre a situação alimentar do país cria um conflito permanente entre objetivos de produção agrícola dentro das condições atuais de disponibilidade de fatores (solos e água).

A alternativa mais viável de produção agrícola tem sido a agricultura de regadio que começa a ficar seriamente comprometida com a redução dos caudais das nascentes, furos e outros pontos de água agravada pelo aumento da procura de água para consumo doméstico como resultado do crescimento populacional.

Todos esses fatos envolvendo a agricultura cabo-verdiana trazem problemas para o consumo da população. Como enfatizado anteriormente, a produção agrícola nacional satisfaz apenas 10% a 15% das necessidades de consumo. Apenas a horticultura tem potencial para abastecer o mercado nacional.

Para muitos especialistas, o setor agrário cabo-verdiano mesmo apresentando fragilidade, é de extrema importância para o país permitindo a subsistência de várias famílias cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra, apesar das condições para a auto-suficiência alimentar estarem estritamente

condicionadas às limitações estruturais do setor, sobretudo no que diz respeito a produção de sequeiro.

Capítulo IV - Histórico e Mudanças no Consumo de Alimentos em Cabo Verde.

Tradição e consumo

Falar sobre a história do consumo em Cabo Verde é falar do milho. Realmente este único cereal produzido no país sempre esteve presente na dieta da população e dele surge uma variedade de pratos regionais entre os quais a *catchupa*, presente na mesa de todas as classes sociais. Sousa (1949) num estudo que realizou enquanto médico nutricionista cabo-verdiano afirmou que o milho era o alimento preferido da população.

O milho estava presente no café da manhã, no almoço e no jantar. Segundo esse autor, o milho está estritamente ligado à cultura crioula, e o considera tão íntimo à cultura cabo-verdiana que afirmou: “*É tão íntimo que me ocorreu em tempos designar tal fato por complexo de milho gostosamente à maneira de Franz Boas e seus discípulos*”(SOUSA, 1949, p. 15).

Ainda segundo Sousa, o milho ocupava a maior parte da existência do cabo-verdiano, especialmente nas ilhas agrícolas. Semeá-lo, lavrá-lo e cozê-lo eram tarefas que consumiam o melhor da energia física e até psíquica da população dessas ilhas. O instrumental da cozinha crioula era quase constituído por objetos destinados à preparação de pratos de milho. *Assim era o pilão, o moinho de pedra, o binde¹², o balaio, as panelas de ferro para cozer a catchupa, etc, etc.* (SOUSA, 1949, p.15). As classes trabalhadoras, especialmente o homem do campo quase que se alimentavam exclusivamente deste cereal.

¹² Binde é o nome dado a um objeto de cerâmica rústica usado para cozimento do cuscuz, alimento de consumo especial para os cabo-verdianos.

Ainda, de acordo com Sousa, o milho ocupava um lugar primordial na cozinha crioula de tal forma que o ano agrícola era considerado fraco quando não se colhia um único grão deste cereal.

Lopes Filho (1997) enfatiza que o milho surgiu sempre em primeiro lugar no cotidiano dos cabo-verdianos desde a altura da sua introdução no arquipélago. Era a base de uma dieta pouco diversificada, mas com variantes, consoante as maneiras como o preparavam, sendo os pratos complementados com feijões, mandioca ou batata doce.

O milho tem como origem provável a América Equatorial ou subtropical e foi introduzido na Europa com as descobertas, nos finais do século XV. A sua introdução em Cabo Verde deu-se no século XVI com variedades trazidas das zonas costeiras do Brasil e do Rio de la Plata; segundo Lopes Filho, ao analisar a questão do milho em Cabo Verde, a introdução desse cereal no arquipélago data do século XVI.

A introdução em Cabo Verde do milho mais se processou nos alvares do século XVI através das Américas, a seguir à chegada de Colombo: Embora por vezes alguns autores tivessem afirmado que o Zea Mays existiria na África antes dos descobrimentos da América, tem sido opinião mais ou menos geral que ele proviria da América e só se teria difundido nos últimos continentes em tempos pós-colombianos (LOPES FILHO, 1997, p.192).

Das experimentações feitas em Cabo Verde surgiu o milho *maís*. Este foi trazido da América e adaptou-se bem às condições do arquipélago e aos hábitos alimentares dos escravos e desde cedo tornou-se o elemento básico do regime alimentar cabo-verdiano facilitando o povoamento e o desenvolvimento do arquipélago.

Desde muito cedo o milho sobrepõe-se aos “milhos miúdos” vindos do continente africano e conhecidos pelas populações que o trouxeram para o arquipélago. Devido ao seu baixo preço, facilidade de transporte e boa conservação, o milho foi importado da zona da “costa dos escravos” e serviu para alimentar os escravos, pelo menos até ser introduzido na agricultura cabo-verdiana.

Para manter seus hábitos alimentares, os povoadores procuraram importar determinados tipos de alimentos nomeadamente biscoitos, farinhas, vinho, azeite, frutos secos e mel. O que se pode retirar disso é que na primeira fase da colonização das ilhas e durante o comércio escravocrata existiam dois tipos de dietas em Cabo Verde, de modo a satisfazer os hábitos dos Europeus e dos os escravos; uma delas era preparada quase que à base de produtos oriundos da Europa e a outra de cereais vindos da África e mais tarde também cultivados no arquipélago.

Com a estabilização da sociedade cabo-verdiana certamente persistiram os dois tipos de alimentação, transferidos então para os correspondentes estratos sociais que emergiram da abolição da escravatura nas ilhas. Se a adaptação aos produtos alimentares africanos terá sido difícil, o tempo, os condicionantes locais e o isolamento insular encarregaram-se de modificar hábitos ancestrais, conduzindo às dietas de que passaram a fazer parte produtos cultivados no arquipélago.

Deve-se ressaltar ainda que as modificações socioeconômicas introduzidas no arquipélago contribuíram para que houvesse uma quase fusão das dietas anteriormente distintas, pois à medida que a sociedade ia se formando e a agricultura sendo organizada, os produtos locais consociavam-se com as mercadorias importadas em todas as mesas.

O que fica evidente é que o regime alimentar cabo-verdiano acabou sendo o resultado da combinação do que as condições climáticas das ilhas permitiam produzir, com os hábitos das diferentes etnias que as povoaram. Com o crescimento da população os produtos importados deixaram de ser suficientes para alimentar os Europeus e as outras pessoas que por aí transitavam¹³. Por esse motivo tornou-se necessário o cultivo de produtos frescos para abastecer os barcos que chegavam às ilhas.

Devido ao elevado número de escravos que transitavam por Cabo Verde, havia a preocupação de encontrar uma forma de alimentá-los. Os “*milhinhos*” introduzidos através da costa africana começaram a ser uma solução possível, mas logo se tornaram insuficientes, pois o número de escravos começou a aumentar e a produção local a diminuir.

À medida que aumentavam os contatos dos portugueses com as várias regiões do globo, novas espécies de vegetais foram levadas para Cabo Verde que após a sua adaptação, foram sendo incorporadas paulatinamente na dieta local. São os casos dos feijões, oriundos da África e Américas; da batata originaria dos Andes sul-americanos; da mandioca, do ananás, do amendoim, da goiaba e do café da América do Sul. Percebe-se, portanto que o comércio marítimo e as descobertas de novas terras modificaram hábitos alimentares e até criaram o gosto por produtos até então desconhecidos.

A alimentação em Cabo Verde foi fortemente influenciada pelos hábitos dos seus povoadores. Esses contribuíram para a formação da sua cultura e conseqüentemente da sua cozinha. Até à independência não se registraram grandes mudanças em relação ao que

¹³ Cabo Verde se constituiu no vértice do triangulo do comércio escravocrata e ponto de passagem obrigatória para a navegação que ligava a Europa e África às Américas e a Índia.

era consumido nas ilhas. A alimentação era feita à base de milho feijão e alguns tubérculos.

Da Independência à atualidade

Como visto nos capítulos anteriores, desde sempre, a fraca produção alimentar condicionou bastante a alimentação da população cabo-verdiana. Foram vários os problemas enfrentados pelos governantes após a independência entre os quais a questão do abastecimento do mercado interno, em termos não só de alimentação, mas de todos os bens. Em relação à questão alimentar não se podia falar em abundância e diversidade de produtos. A produção agrícola até a independência não era suficiente para suprir as necessidades da população em termos alimentares. Como enfatiza Lopes Filho:

A alimentação tradicional, normalmente, é o espelho da produção de um povo, ou melhor, do triângulo produtivo: agricultura, pecuária e pesca. No caso de Cabo Verde deve-se referir que os problemas resultantes das influências da zona do Sahel sobre o arquipélago fizeram diminuir bastante a produtividade da agricultura local (LOPES FILHO, 1997, p.197).

Apesar das dificuldades, a agricultura sempre foi praticada. Produtos como o milho, o feijão, a mandioca, a batata, sempre foram cultivados assim como frutas e verduras. O mercado doméstico sempre foi abastecido com uma gama bastante diversificada de produtos. Porém, os resultados sempre foram fracos principalmente aqueles da produção de frutas. Podia-se falar então, e os nossos informantes confirmam, que havia certa monotonia, em relação ao que era consumido no país, pelo menos em

relação ao que consumiam os grupos sociais mais desfavorecidos. Monotonia essa expressa no consumo de milho, feijão e alguns tubérculos.

Sousa (1950), analisando a questão da alimentação racional no arquipélago de Cabo Verde afirmou:

Conheço na colônia numerosas famílias humildes que apenas durante uns escassos meses utilizam um regime variado-são os meses que coincidem com as primícias do ano agrícola e o início das colheitas. Quase todo o ano é o milho que paga as favas. Este regime monótono em que somente o milho ou o milho, o feijão e algum tubérculo, é que tem de preencher as exigências calóricas, bem assim as protéicas, gorda, vitamínica e mineral(SOUSA, 1950, p.11).

Em contraste, os grupos mais privilegiados possuíam formação e poder econômico que desde sempre lhes permitiram aproveitar as poucas escolhas em termos de quantidade, qualidade e diversidade de produtos que eram importados em pequena escala a exemplo de frutas e vegetais.

Frutas e verduras eram pouco consumidas pela maioria da população não só pelo fato da produção ser fraca, mas também pela falta de hábito. Lopes filho afirma que a população cabo-verdiana não estava acostumada a consumir produtos frescos, pois estes só podiam ser cultivados nos terrenos com muita água, ou seja, eram culturas das áreas irrigadas e, em Cabo Verde, como comentamos anteriormente, essas áreas são bem reduzidas. A falta de hábito da própria população dessas ilhas em consumir esses produtos é assim explicada pelo autor:

O cabo-verdiano era avesso a esses produtos, não só porque não faziam parte da alimentação tradicional, como também apenas eram cultivados em locais com muita água(LOPES FILHO, p. 282).

Ainda Sousa (1949), analisando a problemática da alimentação e saúde nas ilhas de Cabo Verde afirma que, por esta altura, a cozinha cabo-verdiana quase que ignora o hábito de utilizar os produtos da horta como o tomate, a cenoura, os nabos etc. Este mesmo autor é de opinião de que os Cabo-verdianos possuem apetência para todos os alimentos, menos para os legumes verdes.

Com exceção de uma camada muito reduzida da população, existe um desprezo absoluto pelas folhas verdes e outras culturas próprias das hortas de tal sorte que se rotula de palha a tudo quanto faria as delicias de um madeirense, de um açoriano, de um habitante das canárias, para só citar os ilhéus da Macaronésia. Esta falta de paladar para os produtos hortícolas tem a sua explicação no fato de não abundarem em Cabo Verde as culturas de regadio e daí a dificuldade em obter hortas em muitas ilhas. Desde tenra idade o cabo-verdiano habitua-se aos grãos secos, considerando supérfluo e inútil, por exemplo, uma folha de alface ou um naco de cenoura (SOUSA, 1949, p. 9).

De fato nas entrevistas os nossos informantes afirmam que passaram a consumir frutas e verduras depois de alguns anos e de muito esforço, pois essas não faziam parte da sua dieta rotineira. Uma informante de 66 anos, ao ser questionada sobre a inclusão de frutas e verduras na sua dieta afirmou que atualmente consome esses alimentos, uma vez que teve consciência da sua importância para uma alimentação racional.

Antes não comia legumes porque não gostava, não foi hábito quando eu era criança. Não era muito hábito introduzir os legumes na alimentação. Agora eu sei como são importantes, faço os possíveis para apresentá-los de maneira mais atraente de comê-los de maneira mais atraente, porque de outra forma não os como, mesmo porque eles não fizeram parte dos meus hábitos alimentares e só por esforço que eles são introduzidos na minha dieta alimentar, por esforço de racionalização (Mulher, 66 anos).

Outra informante também de 66 anos mostra que até a independência o cabo-verdiano não tinha acesso a determinados alimentos principalmente frutas e verduras. Isso nos remete à questão das mudanças na importação de alimentos ocorridas em Cabo Verde a partir dos anos 90.

Ainda até a independência não tínhamos o hábito de comer frutas; maçãs e pêras não se encontravam, eu me lembro que quando cheguei aqui nos anos 70 praticamente era uma vez por ano que chegava na EMPA frutas; [E] agora temos frutas em grande quantidade e vejo pelos carrinhos dos supermercados que todas as pessoas as consomem, digo todas as pessoas, mas não refiro a classe mais baixa, mas até eles talvez, hoje em dia talvez com um pouco de dinheiro conseguem comprar uma maçã, uma coisa do gênero .(Mulher, 66 anos).

A produção e produtividade pecuária nacional muito ligada á agricultura, também sempre foi fraca devido a fatores estruturais e a utilização de técnicas rudimentares de criação. Dessa forma poucas pessoas podiam consumir carne com regularidade. Em Cabo Verde, a carne constituía um prato de luxo servido nos dias de festa. O peixe também era prato de luxo nas populações rurais. Na ilha do Fogo, por exemplo, consumir peixe no jantar era sinônimo de alimentação melhorada para as pessoas do campo.

Dessa forma, constata-se que apenas uma parcela da população com maior poder aquisitivo e com determinados hábitos variavam o seu consumo. Geralmente as pessoas que já tinham tido contato com exterior muitas vezes como emigrantes também incluíam

na sua alimentação outros produtos para além dos tradicionais. Isso ficou bem presente na fala de duas entrevistadas quando elas afirmaram:

Vivi muito tempo no estrangeiro e aproveitei mesmo as poucas escolhas ainda que extremamente caras que existiam antes dos anos noventa em Cabo Verde. Aproveitei todas (Mulher, 66 anos).

A migração vem contribuindo para a mudança de hábitos alimentares, como afirma nossa informante:

As pessoas que têm saído (para fora) e que se habitam a um novo tipo de consumo e, portanto quando regressam continuam com esses mesmos hábitos (Mulher 36 anos).

De fato a comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo é muito grande. Esses emigrantes são responsáveis também pelas mudanças que podem ser constadas no consumo em Cabo Verde em vários níveis principalmente no alimentar.

A partir da análise das entrevistas percebemos outros fatores que contribuíram para as mudanças ocorridas no consumo de determinadas famílias cabo-verdianas para além da importação. Nas falas pudemos identificar a questão da emigração e da globalização. Tentaremos analisar cada uma dessas questões buscando sempre um diálogo com a literatura especializada.

Mudanças no consumo com a liberalização da Importação

Como visto no início do trabalho uma política de importação foi adotada pelo governo de Cabo Verde desde que o país adquiriu a independência de Portugal em 1975.

Vimos também que a importação sempre foi um recurso usado pelos colonizadores para suprir as várias necessidades encontradas quando chegaram em Cabo Verde, porém nos últimos anos pode-se perceber grandes mudanças nesse padrão de importação. De uma alimentação monótona o cabo-verdiano passa a ter acesso a uma variedade maior de alimentos. O mercado nacional passa a ser abastecido com mercadorias provenientes de vários lugares. As pessoas têm consciência dessas mudanças e a partir das entrevistas pudemos constatar esse fato:

Como eu disse há mais disponibilidade, há mais variedade; antigamente eu lembro quando eu era criança de vez em quando que vinha de Portugal ou de Dakar, vinham sempre as mesmas coisas; laranjas, maçãs, hoje não;, hoje temos uma variedade muito maior em termos de frutas, por exemplo, temos kiwi, caqui, coisas que não haviam cá em Cabo Verde e que as pessoas nem conheciam, portanto hoje em dia há uma maior diversidade e a medida do possível, penso que isso tem alterado, tem permitido, as pessoas alterarem variarem mais a sua dieta alimentar(Mulher 40 anos).

A liberalização das importações a partir dos anos 90 em grande medida contribuiu para essas mudanças. Até os anos noventa, Cabo Verde fazia parte de um grupo de países independentes de Portugal liderados por partidos que defendiam uma economia de base estatal e centralizadora. Para autores como Reis (2000):

No período compreendido entre 1975, (ano da independência), e 1990, foi adotada uma estratégia socialista, preocupada com a valorização dos recursos endógenos (ambiente, educação, formação técnica, saúde) com a unificação do mercado interno, e a satisfação das necessidades das populações (produção para o mercado interno), com uma perspectiva de desenvolvimento humano (REIS 2000, p. 121)

Em 1990 o PAICV, (partido único até essa data) adotou oficialmente uma política de transição para o multipartidarismo e em janeiro de 1991 realizaram-se eleições para a Assembleia Nacional Popular. Dessas eleições saiu vencedor o partido concorrente, o Movimento para a Democracia (MPD). Este novo governo, além de manter a política de manutenção das ajudas alimentares, passou a adotar uma política de liberalização que contribuiu para deslocar para a iniciativa privada o papel que até então fora desempenhado pelo estado no domínio da atividade produtiva.

Com o processo de liberalização e de privatização de algumas empresas de serviços básicos, o estado cabo-verdiano deixou de intervir diretamente no mercado de bens alimentares, ou seja, deixou de fornecer bens alimentares de base, enquanto o setor privado passou a operar como fornecedor tanto em nível da importação como de comercialização. Isto permitiu o abastecimento do mercado sem rupturas, que até então eram frequentes devido ao calendário incerto da chegada das ajudas alimentares.

Segundo Reis (2000), *“A empresa privada passa a ter um papel central no sistema econômico. O Estado abre mão de parte das suas atribuições no controle direto da economia para passar para a iniciativa empresarial”*. (REIS, 2000, p.122).

Assim, de uma situação de importadora exclusiva, a EMPA passa a partir de 1999 a conviver com novos operadores comerciais licenciados para os produtos essenciais

como, por exemplo, a companhia de investimentos e cereais (CIC). A importação do trigo e da farinha de trigo também deixa de ser exclusividade da MOAVE.

O processo de privatização da EMPA levou a criação da Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA¹⁴) que passou a assegurar o aprovisionamento do país e regular o mercado de bens essenciais.

A liberalização da importação de bens alimentares permitiu um aumento da disponibilidade de recursos alimentares e um consumo médio elevado relativamente os demais países da África. *As disponibilidades alimentares para o consumo humano têm aumentado indicando um consumo alimentar médio aparente elevado, sobretudo se comparado com o continente africano* (PND, 2002-2005).

Ainda de acordo com o PND, 2002-2005 a liberalização das importações teve reflexos positivos na qualidade do abastecimento com enormes benefícios para os consumidores. Presentemente, em quase todo o arquipélago a alimentação processa-se à base de produtos importados, que são bastante diversificados.

A par da quantidade surge a variedade, permitindo a substituição dos produtos tradicionais, como por exemplo, o milho cujo preço aumenta à medida que escasseia a produção nacional tendo sido substituído em parte pelo arroz que mesmo importado (mais barato) acabou por se incorporar aos hábitos alimentares da população. De acordo com dados do DSA (2002) o milho ocupa um lugar importante na dieta alimentar do cabo-verdiano, porém, verifica-se, no meio rural e, sobretudo nos centros urbanos uma

¹⁴ A ANSA foi criada pelo decreto lei n. 47/2000 de 13 de novembro e instalada em 2002. Enquanto autoridade reguladora do mercado de bens de primeira necessidade atua no cerne da segurança alimentar do ponto de vista da disponibilidade alimentar (PNSA, 2006).

tendência para a sua substituição por outros cereais, tais como o arroz e o trigo, este último sob a forma de pão e massa.

De fato um informante afirmou que: *“Com a escassez da produção, agrícola, aumentou o consumo do arroz; o arroz entrou na dieta normal e quase diária do cabo-verdiano”* (Homem, 64anos).

Outra informante considera que houve mudanças em relação ao consumo de vários alimentos. Esta enfatiza também a substituição do milho pelo arroz assim afirma:

Com certeza sofreu alterações em termos de quantidade; já consumimos mais frutas, mais verduras, em termos de cereais, o que mudou foi o consumo do milho; o consumo do milho está um pouquinho mais baixo e o consumo do arroz um pouco mais alto (Mulher, 30 anos).

Mintz (2001) ao analisar os novos padrões de consumo mundiais, afirma que em vários lugares do mundo o arroz começa a suplantar outros produtos. Em África, por exemplo, o arroz está suplantando os tubérculos alimentos que a população outrora era dependente. Ainda segundo este autor na África, o arroz começou a superar a mandioca, o que é um fato notável já que, anteriormente, a mandioca nativa da América, suplantara outros tubérculos nativos da África, especialmente o inhame.

A liberalização como enfatizado anteriormente, também, permitiu uma desconcentração dos mercados de origem das importações. Apesar de Portugal continuar a ser o principal parceiro comercial de Cabo Verde, atualmente o país mantém relações comerciais com vários países da Europa, da África, com os Estados Unidos e atualmente com o Brasil.

Os produtos brasileiros constituem atualmente a grande novidade nos supermercados cabo-verdianos. Há muitos anos Brasil e Cabo Verde mantêm um relacionamento cordial marcado pelo entendimento em foros internacionais, sendo Cabo Verde beneficiário da cooperação técnica brasileira ao exterior. No entanto apenas em 2001, com o estabelecimento da linha aérea regular dos TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) entre Fortaleza e a ilha do Sal¹⁵ tem havido um maior relacionamento comercial entre os dois países.

Maia (2005) afirma que, em consequência do voo Fortaleza-ilha do Sal, o Ceará é hoje um dos destinos preferidos dos cabo-verdianos que viajam ao exterior, especialmente, daqueles que vêm comprar produtos para revenda. Tal situação vem contribuindo para abastecer Cabo Verde, que importa quase tudo o que consome. Para consolidar esses vínculos foi aberta uma rota de navegação marítima entre o porto de Fortaleza e Cabo Verde ampliando o mercado para os exportadores dos dois países.

Ainda segundo Maia o comércio bilateral ainda é modesto, entretanto, poderá crescer com a entrada de uma nova linha de navegação e a ampliação dos vôos regulares.

Prova desse potencial foi o incremento recente das exportações cearenses para Cabo Verde. Realmente pudemos constatar ao longo da pesquisa que um dos maiores supermercados do país atualmente é essencialmente abastecido com produtos Brasileiros.

¹⁵ Atualmente essa linha está sendo feita entre Fortaleza e a ilha de Santiago.

Os Supermercados

Durante o nosso trabalho de observação direta, acompanhamos o movimento diário de um supermercado na cidade da Praia. O supermercado pesquisado é atualmente um dos maiores da cidade e também do país. Através de entrevistas informais com alguns consumidores constatamos que esse é um espaço muito freqüentado. Durante as minhas visitas pude perceber o fluxo de pessoas que freqüenta esse supermercado. Muitos afirmaram que aí encontram quantidade, variedade e qualidade bem como maior comodidade e higiene. Esse fenômeno também foi ressaltado nas entrevistas. Uma informante assim se expressou: *“Bem penso que há maior variedade e qualidade e a quantidade aumentou também”* (A.42 anos). Outra ainda nos disse: *“Sim há uma maior preocupação com a qualidade dos produtos que se oferece no mercado e nos supermercados, uma preocupação em oferecer uma certa variedade aos consumidores, (certa variedade) (Mulher, 36).*

Já outro informante deixou bem clara a questão da manutenção e conservação dos alimentos nos supermercados:

Alguns supermercados preocupam-se com a manutenção dos alimentos, conservá-los frescos etc.; já fora dos supermercados, tipo no mercado, não se tem preocupação com higiene nem com a manutenção do produto (fresco): existe também variedade nos supermercados (Homem, 33 anos).

Lembro que quando cheguei em Cabo Verde depois de permanecer no Brasil por quatro anos fazendo os meus estudos, fiquei surpresa quando entrei no supermercado pesquisado. Aliás, penso que a surpresa não foi somente minha; Todos os emigrantes que

chegaram em Cabo Verde, depois de 2002, com certeza tiveram a mesma sensação. Como enfatizado anteriormente, há alguns anos existiam lojas e mercearias que vendiam produtos de primeira necessidade (arroz, milho, óleo alimentar etc) e alguns enlatados, produtos que se revelavam bastante acessíveis à população mais desfavorecida pois geralmente eram lojinhas de bairro que todos conheciam. Nesses espaços o cliente muitas vezes podia comprar determinados produtos com o intuito de pagar assim que conseguisse.

Nessa época produtos frescos eram adquiridos nos mercados municipais¹⁶ e provinham da agricultura nacional. Esse aspecto também pode ser percebido na fala de um dos nossos entrevistados: Um informante falou um pouco sobre isso:

Há 10 anos atrás não, mas há 20, 30 anos a fonte de abastecimento [local] era o mercado. Este era o ponto de abastecimento de frutas, verduras, legumes e hortaliças. Mas nos últimos anos com o aumento da população e com as secas, começa a haver mais produtos importados. Portanto o centro de abastecimento desviou-se do mercado municipal para estabelecimentos comerciais (Homem, 64 anos).

Uma outra informante também enfatizou a questão da transferência da venda dos produtos frescos dos mercados e feiras livres para os supermercados

Por exemplo, até há pouco tempo não havia frutas e legumes nos supermercados, mas hoje em dia encontra-se; vai-se comprar leite, suco ao mesmo tempo compram-se frutas, legumes junto com arroz, feijão (Mulher, 36 anos).

¹⁶ Os mercados municipais são ainda espaços bem procurados pela população; são nesses mercados onde se pode encontrar vários produtos cultivados no país. São espaços ainda pouco organizados, mas que oferecem uma gama variada de produtos durante todo o ano. Existem várias pessoas que ainda preferem fazer suas compras de frutas, verduras e legumes nesses mercados.

Registram nossos informantes as oportunidades de consumo de produtos frescos

Com certeza antigamente tinha mais mercearias que vendiam produtos de conserva porque não era possível manter sempre fresco, enfim houve mudanças tremendas, agora tem muitos mini-mercados e supermercados, e o mercado que está sempre com produtos frescos, houve mudanças bem visíveis (Mulher, 33anos).

Posteriormente surgiram os mini-mercados, e com eles uma nova forma de organização dos espaços de comercialização de produtos. Houve um aumento e uma diversificação dos mesmos. Na fala de uma entrevistada isso ficou bem presente. Questionada sobre as mudanças ocorridas nos locais de comercialização dos alimentos afirmou:

Sim tem uma nova forma de organização das lojas principalmente supermercados, com novo tipo de supermercados. Lojas também; há uma tendência das lojas de bairro que eram uma realidade transformarem-se em mini-mercados e supermercados e com isso também o tipo de produtos que costumam vender aumentou, mudou até certo ponto. – (supermercados), principalmente nos supermercados toda a variedade, todos os novos produtos que têm entrado em Cabo verde vendem-se principalmente nesses supermercados. E têm uma nova forma de organização de disponibilidade/(disposição) dos produtos e de secções que indica uma variedade que tem havido na alimentação em Cabo Verde, pelo menos no consumo(Mulher, 28 anos).

Atualmente os supermercados começaram a suplantam os mini-mercados em termos de tamanho, organização, qualidade preço, e variedade dos produtos oferecidos.

Isso também ficou presente na análise das entrevistas; numa das falas percebemos a questão da diversidade, que permite maiores e melhores escolhas.

Em termos de quantidade de produtos ofertados e diversidade, há mais produtos no mercado, o consumidor tem mais chance de escolher um ou outro produto, e também em termos de preço,

agora encontro produtos de todos os preços que anteriormente não era possível (Mulher, 30 anos).

Já outra vez menção à questão da disposição e conservação dos produtos. *“Com o aparecimento dos supermercados e mini-mercados, a disposição, a conservação dos produtos que os clientes compram passou a ser melhor do meu ponto de vista”.*(Mulher, 43 anos).

Tal como constatei em um trabalho anterior realizado na cidade do Recife, (Pires, 2003) em tempos passados, a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros era comercializado nas feiras livres, quitandas e mercearias. As margens de comercialização desses produtos eram consideradas baixas, mas, os mesmos representavam um importante elemento de fixação de um novo hábito de consumo.

De acordo com Belik e Chaim, (2002) o crescimento do consumo de alimentos frescos e a busca de produtos de maior qualidade levaram os supermercados a aumentarem a área destinada à venda e comercialização dos produtos. *“Atualmente uma loja de supermercado de tamanho médio reserva 10,5% da sua área de venda para a seção de hotifrutis”* (BELIK & Chaim, 2002, p.1).

Percebemos durante a pesquisa de campo que o espaço dos supermercados foi desenhado para permitir a circulação, isto é, para que as pessoas circulem de uma gôndola à outra; para mim, conforme registrei no caderno de campo, estar ali apenas para observar foi bastante constrangedor nos primeiros dias de pesquisa. Muitas vezes senti o olhar curioso das pessoas que me viam ali como uma intrusa, escrevendo no diário as minhas observações. Muitos me questionavam sobre o objetivo da minha pesquisa. Foram

momentos extremamente ricos, pois dessas conversas surgiam várias idéias que foram pertinentes para a minha análise.

Assim como já tinha constatado na pesquisa realizada em Recife, no supermercado pesquisado em Cabo Verde, o espaço destinado à venda de frutas e verduras ao qual cliente tem acesso é relativamente grande e bem iluminado. Geralmente este se destaca no conjunto de setores nos quais se distribuem as mercadorias à venda, não só pela qualidade dos produtos, mas também pela higiene. É um setor importante na escolha da loja por parte do consumidor, na compra por impulso e como provedor da diversidade de opções aos compradores. Nesse sentido os supermercados multiplicam as suas estratégias de aproximação e sedução dos consumidores. Pode-se sentir o constante fluxo nesse espaço; são pessoas andando, escolhendo as mercadorias colocado-as nos carrinhos.

Por lidarem com produtos rapidamente perecíveis, esses espaços merecem grande atenção e controle de qualidade por parte das empresas. É notável a presença constante de encarregados de limpeza que se preocupam não só com o espaço físico em si, mas também com a aparência dos alimentos. Como a maior perda se dá na chamada exposição, tem sempre um funcionário organizando e muitas vezes substituindo os produtos que apresentam algum defeito, pois a ausência de defeitos é um dos indicadores de qualidade.

Este setor oferece uma variedade de itens; um item é um produto, uma variedade, um tamanho, uma cor, um preço; Só o pimentão, por exemplo, gera varias opções de escolhas ao consumidor ao se multiplicar em variedades e suas qualificações por tamanho e cor. Nas prateleiras desses supermercados podem ser encontrados produtos de vários lugares do mundo. Nas minhas visitas encontrei produtos oriundos de Portugal e outras regiões da Europa, de Moçambique, do Senegal e do Brasil.

Segundo um dos nossos informantes nos dias atuais podem ser encontrados nos supermercados cabo-verdianos, *mandioca que vem da América Latina, Kiwi que vem às vezes da Nova Zelândia, às vezes do Chile, maçã que vem da Europa, América e África do Sul etc.* (Homem, 64 anos).

Frutas nacionais e estrangeiras são expostas nas gôndolas cada uma com seu respectivo preço. Cada vez mais os supermercados estão se tornando mais práticos e cômodos ocupando gradualmente o espaço das feiras livres, na medida em que oferecem mais serviços os consumidores. O espaço é construído de forma a levar o consumidor a comprar algo mesmo que não tenha planejado fazer isso; As cores, os sons, a variedade, fazem desses espaços um dos mais procurados dos supermercados.

Para Friedland (1994) *o espaço que os supermercados dedicam aos produtos frescos foi bem elaborado e houve um aumento do volume e da variedade de mercadorias frescas* (FRIEDLAND, 1994, p.17).

Durante a pesquisa de campo e posteriormente na fase de análise das entrevistas, constatamos que os produtos oferecidos nos supermercados são para satisfazer tanto ao cliente nacional como ao cliente que vem de fora. Existem em Cabo Verde cidadãos de vários países que estão aí como turistas ou como trabalhadores dos programas do governo ou das ONGS.

Numa das conversas com uma senhora francesa que fazia compras no supermercado pesquisado, tratamos desse tema. Ela considerou meu trabalho extremamente interessante e se disponibilizou a nos conceder uma entrevista informal. Durante a entrevista falou-me de uma marca Francesa muito famosa o *Bonne Mamam*. Afirmou que os franceses gostam muito dos produtos dessa marca e que ficou surpresa

quando encontrou esses produtos no supermercado. Essa marca garante uma variedade enorme de produtos entre as quais bolachas, tortas, geléias doces etc. Contou-me uma história interessante; segundo ela:

Os Franceses adoram tanto esse produto que foram pedir ao dono do supermercado que arranjasse uma forma de introduzi-lo em Cabo Verde. Este teve que falar com o embaixador francês em Cabo Verde sobre qual seria a melhor forma de adquirir esses produtos. O embaixador conseguiu um fornecedor Português que passou a enviar os mesmos para o supermercado.

Percebemos então que esses clientes estrangeiros, ao exigirem determinado tipo de produto no mercado nacional também estão sendo responsáveis pela introdução de novos produtos na dieta do país, levando a mudanças nos hábitos de consumo, se não da maioria, de uma parte significativa da população cabo-verdiana. Os chineses, por exemplo, formam uma comunidade muito grande em Cabo Verde. Desde os anos noventa que essa comunidade vem aumentando no país. São comerciantes que começam a exigir de certa maneira, que determinados produtos não característicos da dieta local sejam introduzidos no país permitindo assim mudanças no consumo. Pudemos identificar isso através da resposta de uma entrevistada à pergunta sobre as mudanças no consumo.

Acho [que] sim, tem muitas coisas que não eram produzidas aqui, como berinjelas, [mesmo o consumo de berinjelas] à medida que os estrangeiros vão entrando no país trazem outros hábitos de consumo e nós também começamos a adaptar-nos a esses hábitos; tem muita coisa que eu não usava e agora tem nos supermercados. No [Supermercado] Calú, por exemplo, tem imensas coisas em frascos que reparei que são para os chineses usarem. Por exemplo, são coisas que começam a surgir para quem quiser fazer uma comida chinesa, que se comer num restaurante chinês já pode fazer (Mulher, 66 anos).

Outra entrevistada afirmou que em Cabo Verde atualmente é possível encontrar produtos de todos os lugares do mundo e já é possível variar a dieta.

Já é possível escolher, se quero fazer uma dieta japonesa ou chinesa; já é possível conhecer e mesmo encontrar produtos no mercado que possibilitem fazer isso e que anteriormente não era possível fazer, era considerada coisa chique ter muito dinheiro para fazer isso, enquanto que hoje já é um pouquinho barato (Mulher, 30 anos).

Frutas, verduras, sucos, leite e derivados carnes, hoje em dia são importados do Brasil em grande escala e começam a ser incorporados nos hábitos de uma parcela significativa da população cabo-verdiana. Isso ficou bem presente nas falas de algumas entrevistadas que afirmaram: *Nos últimos tempos grande parte das frutas e legumes tem sido importada do Brasil, portanto o supermercado (Calú) é essencialmente fornecido por fornecedores Brasileiros (Mulher, 43 anos).*

As pessoas estão mais próximas do Brasil, há mais rotas comerciais. O Brasileiro tem uma série de produtos que se parecem com os produtos tradicionais de Cabo Verde doces, farinhas etc. (Mulher, 39 anos).

Questionados sobre as mudanças ocorridas no consumo de alimentos em Cabo Verde nos últimos 10 anos, todos os entrevistados (30) responderam que realmente houve grandes mudanças, tanto em relação à quantidade e qualidade como em relação à variedade dos produtos.

Em relação aos fatores que levaram a essas mudanças não ficaram dúvidas nas suas falas de que o processo de liberalização do mercado de importação de alimentos

ocorrido em Cabo Verde, nos anos 90, contribui sobremaneira para essas mudanças. Uma informante de 28 anos que acompanhou todo o processo de mudança que houve em Cabo verde nos anos noventa afirma:

Penso que sim houve muita mudança que teve a ver um pouco com a questão da abertura que teve lugar em Cabo Verde nos anos 90 e que também se verificou em nível da alimentação; por exemplo, a entrada de novos produtos, produtos que antes não se consumia e não se vendia em Cabo Verde, passaram a ter com frequência a custos muito mais baixos. (acho que só) (Mulher, 28anos).

Outra informante na mesma faixa etária apresenta explicação idêntica para essas mudanças. “*A liberalização do mercado e toda essa troca comercial talvez seja isso*”.(Mulher, 30anos).

Realmente é notável nos supermercados a existência de mercadorias que não faziam parte das cestas de produtos básicos, notadamente os relativos à alimentação.

Os informantes parecem ainda surpresos com esse processo e buscam explicações. Idosos e jovens apresentam as suas versões sobre os impactos locais da globalização, chamada por uns de liberalização e pelos outros de novos tempos e condições de mercado. Assim afirmaram: “*Foi exatamente a liberalização do mercado*” (Mulher, 66anos).

“Os tempos mudaram hoje em dia há mais importação de produtos” (Mulher, 26 anos).

“Abertura do mercado, enfim Cabo Verde abriu-se ao mundo então as coisas entram mais facilmente” (Mulher, 33anos).

Mudanças no consumo e Emigração

Grassi (2003) refere-se à Cabo Verde como a terra que não consegue amarrar seus homens. De fato no início do trabalho fizemos menção à vasta comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo. A emigração é um problema que afeta a sociedade cabo-verdiana desde o século passado; acarreta por um lado, graves distorções demográficas, e por outro, contribui para o sustento de muitas famílias.¹⁷

Autores como Lopes Filho (1997) afirmam que o fraco desenvolvimento da agricultura e as limitadas condições para o desenvolvimento industrial levaram o cabo-verdiano a emigrar. Segundo este mesmo autor “*como não existiam condições que possibilitassem o desenvolvimento industrial em alternativa á agricultura, o cabo-verdiano virou-se para a emigração*”. (Lopes Filho, 1997, p. 275). Já outros autores como, por exemplo, Furtado (1993) são de opinião de que não se pode atribuir unicamente às secas a causa da emigração cabo-verdiana. Para esse autor ela se deve a motivos de natureza histórica, política, social e econômica. Aponta a crise do sistema escravista e o advento do trabalho livre como uma das causas dessa emigração. Esses fatos conduziram a uma elevada crise econômica.

A saída encontrada pelos grandes proprietários para a falta de mão-de-obra como já mencionado, foi o parcelamento das terras e adoção do sistema de parcerias e arrendamento. Porém, a relação de dependência a que esses trabalhadores estavam

¹⁷ Do ponto de vista econômico, as remessas que os emigrantes enviam para as suas famílias garantem o sustento de muitas delas em época de crise. Essas remessas contribuem também para o PIB do país.

submetidos bem como a existência de um déficit de terra arável em relação ao contingente de trabalhadores, configuraram uma estrutura agrária caracterizada por uma forte exploração dos arrendatários. Essa situação desencadeou muitas revoltas camponesas, contra o autoritarismo e exploração a que esses trabalhadores estavam sujeitos.

Dessa forma, a emigração apareceu como uma saída e uma resposta viável e factível, por parte desses trabalhadores, a uma situação política e econômica que lhes era injusta e hostil (LOPES FILHO, 1993, p.65). De fato os cabo-verdianos foram os primeiros a utilizar a emigração como uma solução para uma situação sócio-político e econômica indesejável na África Ocidental.

Pelo exposto anteriormente, o cabo-verdiano está espalhado pelos quatro cantos do mundo sempre procurando uma vida melhor. Esses emigrantes são responsáveis por algumas mudanças ocorridas no consumo de determinadas famílias cabo-verdianas. Ao entrar em contato com novas culturas, sem deixar de manter seus hábitos visto que o homem não desapega facilmente das suas raízes (mesmo as alimentares), o emigrante começa a adquirir novos hábitos que traz consigo quando retorna ao seu país de origem.

Se por um lado o emigrante carrega consigo os hábitos tradicionais, por outro assimila vivências e costumes do país hospedeiro numa aculturação que acaba por transportar no regresso ao seu país. Também, face a um imaginário ligado à emigração, os seus conterrâneos procuram imitá-los (numa tentativa de ascensão social), ocasionando assim mudanças nos hábitos alimentares. (LOPES FILHO, 1997, p. 275).

De fato, ao ter contato com alimentos que antes não faziam parte da sua dieta, o emigrante cabo-verdiano ao regressar ao seu país de origem tende a procurar esses novos produtos. Na fala de uma entrevistada isso ficou bem presente. Na sua opinião:

Existe uma comunidade cabo-verdiana espalhada pelo mundo inteiro e que é responsável pela mudança de hábitos alimentares no cotidiano e que também é responsável pela aceitação desse outros produtos alimentares que de outra maneira não teriam entrada fácil no mercado (Mulher, 66 anos).

Os emigrantes que regressam dos vários países da Europa são responsáveis pela modificação de alguns aspectos da culinária cabo-verdiana. Outra entrevistada que viveu sete anos em Portugal afirma que adquiriu novos hábitos naquele país.

Existe certa mudança em termos de comportamentais, principalmente as pessoas que estiveram no exterior ou porque esteve emigrado ou porque foi estudar como no meu caso, teve algumas mudanças em termos de consumo (...) Eu e meu esposo adquirimos novos [hábitos] com a convivência com outros, nossa dieta acaba revelando um pouco disso (Mulher, 28 anos).

Para Lopes Filho esses emigrantes acabam por introduzir em Cabo Verde alguns aspectos da culinária dos países que os acolheram.

Os emigrantes de “torna viagem” (regressados nomeadamente da Holanda, Alemanha e França) têm introduzido variantes da gastronomia daqueles países na culinária dos cabo-verdianos. Quando regressam a sua terra natal gostam de exhibir os seus conhecimentos culinários junto dos seus familiares, contribuindo, assim para a divulgação de aspectos da cozinha desses países no arquipélago (LOPES FILHO 1997, p. 285).

Os dados desta pesquisa confirmam a significativa participação dos migrantes na introdução de novos hábitos e produtos alimentares. Como ressaltam nas suas falas, o retorno ao país lhes proporciona o prazer de consumir alimentos e pratos considerados tradicionais, como também estimula a disseminação de hábitos adquiridos nos países de migração. É comum a referência ao fato de que existe uma demanda das novidades por eles introduzidas, levando à importação seletiva de alimentos, de acordo com o seu peso nas alterações ocorridas na dieta da população.

Algumas das entrevistadas falaram das suas experiências e hábitos adquiridos em outros países e como essas influenciaram, de certa maneira, nas escolhas que fazem hoje em relação ao que consomem. Nas épocas festivas, por exemplo, passaram a incluir vários produtos não habituais.

Uma entrevistada questionada sobre as mudanças ocorridas no seu consumo nas datas festivas afirmou que o consumo de frutas secas, por exemplo, não era um hábito do cabo-verdiano “*O consumo de frutas secas é um hábito que não é bem nosso; trouxemos de fora principalmente da Europa*” (Mulher, 66 anos).

Na realidade, como bem analisa Friedland (1994) o hábito do consumo de frutas frescas se disseminou nos países do Norte; os dados da FAO nos anos 1990 fazem referência à circulação de frutas, revelando como houve um aumento no que se refere à participação de frutas frescas nos mercados globais, enquanto as frutas secas já figuravam nessas listas anteriormente.

Outra referência a essas mudanças ressalta novos produtos que passaram a figurar na lista de consumo nas ocasiões festivas.

Teve sim mudanças nas datas festivas, páscoa, por exemplo, aqui em Cabo Verde, por exemplo, páscoa não era muito ligada a chocolate, agora já se começa a ter ovos de páscoa, nos supermercados e nas casas. Tem pouco tempo, coisas, de 3, 4 no máximo anos eu acho, , [no natal] também, no natal sempre fazia-se pratos talvez tradicionais, típicos de Cabo Verde, [hoje] já se está a usar pratos para a época de natal,[de outras culturas] perus, coisas do gênero, bolo Rei etc, coisas que usam em outros países, que aqui não tinha como usar agora tem tudo congelado. (Mulher, 28 anos)

Já outras afirmaram o seguinte: *“Hoje consome-se bastante chocolate na páscoa”*(Mulher,43 anos).

“Se calhar a introdução de novas coisas como o bolo Rei, por exemplo, de há uns anos para cá é que isso tem sido introduzido, as frutas secas também com uma variedade maior” (Mulher 43 anos).

“Enfim houve muitas mudanças; influências também do Brasil, por exemplo, o consumo do Panetoni” (Mulher 33 anos).

“Hoje em dia encontramos peru, bacalhau são coisas que se encontra muito em Cabo Verde, como também frangos, ovos” (Mulher, 51 anos).

Essas falas revelam como a dieta considerada típica do país para essas datas mudou. Nas datas festivas como, por exemplo, no natal consumiam-se alimentos mais tradicionais como o porco, o pato, o frango os bolos escuros etc. Esses alimentos sempre estiveram na mesa dos cabo-verdianos, isto é, daqueles que podiam comprá-los.

Consumo Local: Entre a tradição e os novos hábitos de consumo

Warde (1997) citando Baudrillard (1988) afirma que experimentar o prazer ao consumir novos produtos tornou-se uma obrigação. O dever do cidadão é experimentar constantemente novos prazeres. Uma curiosidade universal renasceu nas áreas da culinária, cultura, ciência, religião, sexualidade etc; deve-se consumir tudo. A busca do novo tem perpassado a sociedade contemporânea.

O desenvolvimento constante de novos produtos, e a criação de novos desejos são os mecanismos essenciais para a reprodução do capitalismo moderno e sua cultura de consumo (WARDE, 1997, p, 57). Se determinado produto é apresentado como novo sua procura provavelmente aumenta. O novo é algo que promete excitação e aventura para os indivíduos e progresso no nível institucional. A todo o instante um número vasto de produtos é vendido nos supermercados, importados de vários cantos do mundo. O cidadão atualmente não querendo fazer suas refeições em casa já tem à sua disposição um numero grande de restaurantes com preços variados, que oferecem pratos de diferentes partes do mundo. Essas opções conduzem a uma espécie de mudança nos hábitos alimentares e que tem feito com que haja uma redução no número de refeições feitas em casa por muitas famílias.

Porém as inovações constantes acarretam algumas desvantagens; mudanças seguidas podem causar distúrbios sociais e pessoais. As pessoas expostas a mudanças constantes tornam-se inseguras e ansiosas. Por isso Warde (1997) afirma que existe um perigo em exagerar a extensão da mudança. Muitos autores consideram isso como o

paradoxo da modernidade. Alguns sociólogos da alimentação afirmam que é extremamente difícil mudar os hábitos alimentares rapidamente. Apesar da modernização cultural, muitas refeições populares em vários países permanecem ainda tradicionais.

Analisando o caso da Inglaterra, Warde afirma que muitas dessas refeições permaneceram populares por vários anos, e não representam um fato poderoso para a modernização do comportamento alimentar. Muitas pessoas resistem às sugestões de que devem mudar seus hábitos seja por razões de saúde seja por outras razões.

Portanto, essas mudanças não eliminam os hábitos e estilos de vida das populações tão rapidamente. Em Cabo Verde, apesar da introdução dos novos produtos e hábitos de consumo, permanecem na vida diária da sua população os alimentos que falam da tradição e revelam os seus gostos. Numa conversa com um consumidor durante a pesquisa de campo, este afirmou que constatou a presença de novos produtos que passaram a fazer parte da dieta, contudo os pratos tradicionais ainda permanecem com grande aceitação. Pratos típicos, comidas regionais são muito apreciados nas celebrações familiares e festas religiosas. A Cinza, uma festa religiosa da ilha de Santiago celebrada numa quarta-feira mostra claramente o peso da tradição. Trata-se do período em que se inicia a quaresma. Durante este período come-se grande quantidade de alimentos de forma a conservar as energias para os outros dias que serão de jejum e abstinência. Nesse dia, o consumo da carne é proibido; come-se peixe seco com legumes e verduras, feijão, ovos, cuscuz com mel etc. Em relação a essa festa, os hábitos praticamente não mudaram. A população continua consumindo os mesmo produtos que consumiam antigamente. Na fala de um entrevistado ficou bem presente a questão da manutenção desses hábitos

tradicionais: “Cinza, por exemplo, praticamente continuou a mesma coisa, peixe seco, xerém, trutchida, portanto manteve-se [a mesma coisa.]” (Homem, 64 anos).

Outra informante deixou bem claro na sua fala a manutenção da tradição; dessa forma ela afirmou:

Nas datas festivas, [bom aqui] a gente tenta manter as nossas tradições. No dia 1 de novembro comemos a catchupinha¹⁸, no dia de Cinza o tradicional peixe seco com xerém e leite de coco (Mulher, 40 anos).

As festas de casamentos e batizados são marcadas por um consumo excessivo de certos alimentos como enfatizado por duas entrevistadas.

Assim afirmaram: Principalmente na ilha de Santiago as datas festivas são data de aleteração do consumo. “Nas épocas festivas acabamos por aumentar um pouco o consumo porque tem a tradição” (Mulher, 40 anos).

Nas datas festivas, grande parte do festejar é um banquete que é preparado tradicionalmente. Principalmente numa sociedade como a cabo-verdiana, marcada por uma carência de alimentos, quase estrutural... Casamentos, romarias são épocas marcadas por excesso alimentar (Mulher 39 anos).

Obviamente que nos dias atuais esses produtos já podem ser encontrados nos supermercados em maior quantidade e variedade o que nos permite cumprir com a dieta requerida nessas datas.

Produtos que eram pouco acessíveis às classes mais baixas hoje estão disponíveis nos supermercados. Uma entrevistada de 40, e outra de 30 anos assim afirmaram:

¹⁸ A cathupinha é uma variação da catchupa, feito com o milho ainda verde. Este é retirado das espigas passando pelos mesmos processos que a catchupa.

No natal como eu já disse há maior disponibilidade; hoje em dia a gente já inclui peru no natal que não era muito um hábito; Hoje em dia há maior disponibilidade porque vem congelado do estrangeiro, então eu penso que hoje em dia muito mais pessoas estão a incluir, por exemplo, o peru durante o período de natal do que anteriormente devido a maior disponibilidade no mercado (Mulher, 40 anos).

Comentando, uma das informantes ressalta o papel da importação nessas mudanças.

Hoje em dia como há maior importação (não é?) há maior variedade de produtos nas épocas festivas, como o natal. Em todos os supermercados encontram-se produtos de todo o tipo (não é?) existe muita oferta (Mulher, 30 anos).

Outra informante de 33 anos fala das facilidades encontradas nos dias atuais: “O peru de natal era mais difícil de conseguir, nesse momento já conseguimos temperado é só colocar no forno e já está pronto” (Mulher 33 anos).

O Fascínio pelos novos produtos e a vulnerabilidade do país. Questão para as políticas de Segurança Alimentar

Como afirma Warde (1997), o consumidor nos dias atuais tem à sua disposição uma gama variada de produtos muitos deles provenientes de diversos lugares do mundo, permitindo mudanças nos hábitos de consumo. Pelo exposto anteriormente, Cabo Verde não fica fora desse processo. Com as melhorias advindas da importação, novos produtos passam a ser alvo de desejo dos consumidores despertando neles a ânsia de comprar. Nos capítulos anteriores analisamos as mudanças ocorridas nos hábitos alimentares de uma parcela da população cabo-verdiana, exatamente a que possui maiores condições de acesso a esses bens. Porém a situação da outra parcela da população merece certa

atenção. Existem determinadas famílias, principalmente no meio rural, que dificilmente têm acesso a esses novos produtos.

Dados do Programa Nacional de Segurança Alimentar (2007-2001) que analisam os resultados do Inquérito de Segmento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias (ISVAF) indicam que a insegurança alimentar atinge 20% das famílias rurais de Cabo Verde (aproximadamente 8050 famílias), sendo 7% de forma severa e 13% moderada. Em situação de risco de insegurança alimentar encontram-se 11% das famílias rurais do país, ou seja, mais de 4500 famílias. Deve-se realçar que no meio rural vivem 42% das famílias residentes no país e onde está concentrada a maior proporção da população pobre (PNSA, 2006).

De acordo com dados do DSA (2002) a problemática da insegurança alimentar gira quase exclusivamente em volta da questão do acesso para as populações mais pobres.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho analisamos aspectos da globalização dos alimentos, através de um estudo de caso particular num país insular. Demonstramos como as condições estruturais da configuração física e sócio-econômica de Cabo Verde promovem uma situação de dependência do exterior e de vulnerabilidade da sua população, no que diz respeito à alimentação e à dinâmica dos territórios rurais. O país é fortemente marcado pela emigração, que se acentuou nos anos recentes provocando uma redução da população rural e do potencial agrícola do país.

Mostramos ao longo do trabalho alguns aspectos da agricultura e do consumo de alimentos em Cabo Verde. Analisamos a questão da agricultura desde a época da colonização do país por Portugal até os tempos atuais. A nossa pesquisa revela também um significativo crescimento da importação de alimentos e expansão de braços das cadeias agro-alimentares. A liberalização do mercado permitiu de forma global melhorar a oferta alimentar em termos de quantidade, diversidade e preço. Porém a quantidade de oferta de alimentos ainda é insuficiente. Convém ressaltar também que a ajuda alimentar desempenha ainda um papel relevante no abastecimento do país em cereais, representando aproximadamente em média nos últimos quatro anos em torno de 38% das importações de cereais. (PNSA, 2006)

A expansão dos supermercados, em franca oposição aos mercados locais, revela facetas das desigualdades presentes nesses processos que promovem mudanças nos hábitos do consumo, mas deixam à margem parcela significativa das classes menos favorecidas da sua população que não têm acesso aos produtos mais globalizados, nem

aos elementos básicos da dieta local. Tal situação é reconhecida nos planos de desenvolvimento do país (PNSA, 2006) que delineiam ações para garantir melhor acessibilidade aos grupos mais vulneráveis.

Os processos de produção e disponibilização de produtos alimentares no mercado nacional necessitam ser feitos de modo a oferecer as melhores formas de acessibilidade, e é igualmente necessário garantir que a cobertura nacional de produtos alimentares abarque o maior número possível de mercados periféricos e assim chegue mais próximo dos grupos mais vulneráveis, sem descuidar do reforço que requerem estes grupos em termos de sua capacidade para adquirir e usufruir adequadamente desses bens (PNSA, 2006).

A questão da segurança alimentar figura nas pautas governamentais, permanentemente. Tratando-se de um país que tenta reduzir os limites à produção e ao consumo de alimentos à sua população, um dos objetivos estratégicos e prioritários dos governos traduzido nos sucessivos planos de desenvolvimento e programas tem sido o de garantir a segurança alimentar (DSA, 2002). Cabo Verde é signatário da declaração de Roma e do Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação realizada em Roma em 1996. Nesse período os Chefes de Estado exprimiram a vontade política e o compromisso comum de envidar esforços para garantir a segurança alimentar para todos, erradicarem a fome e, imediatamente, reduzir para metade o número de indivíduos subalimentados no mundo o mais tardar, até 2015.

Estruturalmente dependente do exterior para se abastecer de produtos alimentares particularmente de cereais, o país é excessivamente vulnerável às conjunturas internacionais, agravado pela sua condição de arquipélago e país insular. O país é

vulnerável não somente do ponto de vista alimentar, como também às variações agro-climáticas e às flutuações do mercado externo.

Logo após a independência, a mobilização e a gestão da ajuda alimentar constituíram os primeiros elementos da política de segurança alimentar do país. O Governo decidiu pela comercialização da ajuda alimentar e os fundos de contrapartida da ajuda alimentar, geridos pelo Fundo de Desenvolvimento Nacional, criado em 1978, foram utilizados para o financiamento de programas de investimentos públicos, nomeadamente nos sectores de conservação do ambiente, luta contra a desertificação e construção de estradas.

A acessibilidade aos produtos alimentares foi tratada através dos seguintes instrumentos:

- Uma política de estabilidade dos preços dos alimentos essenciais baseada em preços uniformes em todo o território nacional. Esta política era considerada como um elemento de redistribuição dos rendimentos, conduzindo a uma transferência de rendimentos do meio urbano para o meio rural.

- A criação de emprego e de rendimentos pelo sistema de trabalhos públicos de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO) para 15 a 20 mil trabalhadores rurais tornados excedentários pela fraqueza do sector agrícola. O sistema FAIMO visava também fazer a ligação entre o curto e o longo/médio prazo com a criação de condições para uma segurança alimentar sustentável e facilitar a integração das regiões com a construção de vias de comunicação.

- Os trabalhos de conservação ambiental e dos recursos naturais, a realização de trabalhos de conservação de solos e águas, e o reflorestamento, contribuíram para

consolidar a frágil base produtiva. Os esforços de desenvolvimento da produção interna de alimentos foram direcionados para a agricultura irrigada, a pecuária e a pesca. Em 2003 uma barragem-Barragem *de Poilão* foi construída, visando à captação e a retenção da água assim como a apropriação das áreas de sequeiro pela irrigação para a produção agrícola. No entanto, ainda não há suficientes evidências sobre os resultados obtidos.

- A assistência alimentar aos grupos da população ditos "vulneráveis", cobrindo algumas categorias de pessoas em situação de insegurança alimentar crônica, foi garantida. Esta assistência apoiada pelo PAM, terminou em meados dos anos 90 e foi reiniciada em 2002, em outros moldes.

- Em 1997, o Governo reorientou a sua política para soluções mais duráveis de luta contra a pobreza. Um Programa Nacional de Luta contra a Pobreza foi elaborado e iniciado a sua implantação.

- Nos anos 80, a avaliação das colheitas, a informação e a montagem de um sistema de alerta rápida passaram a constituir elementos adicionais da política de segurança alimentar.

A atual reforma do sistema de segurança alimentar baseia-se essencialmente na reformulação da sua gestão, coordenação e quadro institucional no contexto da economia de mercado.

Várias soluções são apontadas pelos órgãos competentes com vista a resolver os constrangimentos existentes na agricultura cabo-verdiana e que impedem o seu desenvolvimento. O Ministério das Finanças e Planeamento no documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, para os anos 2005/2007(DECLP, 2005-2007)

apresenta algumas políticas que visam o melhoramento do setor agrícola. Os principais eixos dessa política compreendem:

- Aumento das zonas aráveis através da correção torrencial;
- Introdução de novos métodos e tecnologias de produção e irrigação;
- Reforço das capacidades físicas econômicas e financeiras nomeadamente ao nível do micro-crédito;
- Valorização durável e integrada dos recursos hídricos e fundiários;
- Reforço das capacidades técnicas humanas e sociais;

De acordo com os consultores do MAAP, a transformação do sector agrícola vai depender de várias medidas entre as quais: a) formação e dinamismo dos chefes de explorações agrícolas; b) acesso à informação; c) segurança da posse da terra; d) gestão e fertilidade dos solos; e) acesso ao crédito f) valorização dos produtos agrícolas (armazenamento, conservação, transformação, transporte) nos mercados. (DSA, 2002)

Estando os alimentos disponíveis, o problema principal de segurança alimentar que se põe é do acesso económico dos indivíduos e das famílias em risco de insegurança alimentar. Ao lado dessas preocupações, tendem a ser re-significadas aquelas relativas à produção de alimentos e à fragilidade de sua agricultura de base familiar, como discutidas nos capítulos anteriores. O país que não reúne condições para produzir bens agrícolas de exportação como vem sendo evidenciado em outros países do chamado Sul (Cavalcanti e Neiman, 2005), vem ocupar, no entanto, posição pouco vantajosa nesse contexto. Através da importação de alimentos e mudanças de hábitos de consumo, o país tem tornando mais

vulneráveis as suas bases sócio-culturais e reduzindo a capacidade de revitalização de seus espaços rurais. Esses espaços rurais, como bem argumenta Wanderley (2000) deveriam se tornar objetos de uma política de segurança alimentar e sustentabilidade por serem portadores de uma qualidade de vida para as suas populações. Esta dissertação nos permitiu uma aproximação mais atenta aos problemas da agricultura e da segurança alimentar do país, que puderam ser abordadas através do consumo, o que nos deu a oportunidade de ter um conhecimento mais aprofundado da situação agrícola e da vulnerabilidade de um país que se insere de forma particular no processo de globalização, marcado por desigualdades . A nossa contribuição visa alertar as políticas públicas para os problemas que se insinuam nesse campo da produção e do consumo de alimentos em Cabo Verde.

Bibliografia

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BELIK, Walter et al (Org.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas: IE/ Ed da UNICAMP, 2000.

BONANNO, Alessandro et al. **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Kansas: University Press of Kansas, 1994.

BONANNO, Alessandro. Globalização da economia e da sociedade: Fordismo e Pós-Fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente, mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 1999. P. 47-97.

CABO VERDE. Plano Nacional de Desenvolvimento 1995-1997.

CABO VERDE. Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005.

CABO VERDE. Programa Nacional de Segurança Alimentar 2006.

CABO VERDE. Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (decrp) 2004

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e Cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed da UFRJ 1999.

CAVALCANTI, J. S. B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

CAVALCANTI, J. S. B. Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 4, número especial, 1993. p. 61-67. Número especial- Natureza história e cultura: repensando o social.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e ruralidade. In: WANDERLEY, M.N.B. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. Campinas: Ceres, 2004.

CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa; MARSDEN, Terry K. **Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values**. Rio de Janeiro, 2000. Trabalho apresentado ao Congresso Mundial da IRSA, Rio de Janeiro em 2000.

CAVALCANTI, J. S. B, Mota, D. e GAMA, P. (2006) Transformações Recentes nos Espaços de Fruticultura do Nordeste in Denise Elias e Renato Pequeno (organizadores) Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Sócio espaciais. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil 2006, p. 117 -150.

CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M, (D)SILVA, E,(IC) PIRES L(M) DIAS G (M)y SILVA A C B.(AT) La fruticultura entre las exigencias de los mercados y el control de los trabajadores: un caso en el Nordeste de Brasil. In: CAVALCANTI, J. S. B.; NEIMAN, Guillermo. Acerca de la globalización de la agricultura: territorios, empresas y desarrollo local en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2005. ISBN: 987935521.

CAVALCANTI, J. S. B.; BENDINI, M.; MURMIS, M. e Tsakoumagkos, P (Org.). **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003. 383 p.ISBN-987-9028-45-7

CAVALCANTI, J. S. B.; MOTA, D. M. Nuevos espacios agrícolas y trabajadores rurales en Brasil. In: CAVALCANTI, J. S. B. et al, **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003. p. 237-259.

CAVALCANTI, J. S. B.; NEIMAN, Guillermo, (Org.). **Acerca de la globalización en la agricultura**: territorios, empresas y desarrollo local en América Latina. Buenos Aires: CICCUS, 2005.

COUTO, Carlos Ferreira. **Estratégias familiares de subsistência rurais em Santiago de Cabo Verde**. Lisboa: Editora da ICP, 2001.

DIAS, Gustavo Henrique de Sousa. O Trabalho e os Trabalhadores nos Bastidores da Logística. **Um Estudo sobre a Globalização dos Alimentos. O Caso de Uma Firma de Transporte Refrigerado na cidade de Recife**. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ESPEITX, Elena; GRACIA, Mabel. La alimentación humana como objeto de estudio para la Antropología: posibilidades e limitaciones. In: **Areas Revista de Ciencias Sociales**. Antropología hoy: teorías, técnicas y tácticas. Madrid, n. 19, 1999.

ELIAS, Norbet. **O processo civilizador**: uma historia dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

FEATHERSTONE, Mike. Cultura de consumo e pós-modernismo. São Paulo: Studio Nobel, 1995)

FEATHERSTONE, Mike. A globalização da Complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo. In: **Revista brasileira de ciências sociais**. v.11, n. 32, 1996. p. 105-124

FRIEDLAND, H. William. **The new Globalization: The case of Fresh Produce.** In: **Bonanno et al (orgs). From Columbus to Conagra: The Globalization of Agriculture and Food.** Universidade de Kansas, 1994

FRIEDLAND, H. William. **Agrifood Globalizaton and Comodity Systems.** In: In: **Internacional Journal of Sociology and Food.** v. 12, 2004.

LOPES FILHO, João. **O corpo e o pão: o vestuário e o regime alimentar cabo-verdianos.** Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1997.

GARCIA DIEZ, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. In: **Revista de Nutrição.** Campinas, n. 4, 2003.

GRASSI, Marzia. **Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde.** Lisboa: ICS, 2003.

FERREIRA, Eduardo Sarmiento. Reflexão sobre o modelo de desenvolvimento cabo-verdiano. Documentos de trabalho n.54. Lisboa: CEsA, 1998.

FURTADO, Cláudio Alves. **A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em mudança-Santiago, Cabo Verde.** 1993. Tese de mestrado-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

HAGUETTE, T, M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1997.

IANNI, O. **A sociedade global.** 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

MAIA, José Nelson B. **As relações Cabo Verde-Ceará**. Disponível em: <http://www.noolhar.com/opovo/turismo/470950.html>. Acesso em: 2005.

MARSDEN, T. K. Creating space for food: the distinctiveness of recent agrarian development. In: GOODMAN, D.; WATTS, M.(Org.). **Globalising food, agrarian questions and global restructuring**. London: Routledge, 1997.

MARSDEN, Terry K.; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalisation, sustainability and the new agrarian regions: food, labour and environmental values. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. 18, 2001. p.39-68.

MENDONÇA, Antonio. **Globalização Econômica, Economia Global e o papel da CPLP: uma perspectiva de Cabo Verde**. Documento de Trabalho. Lisboa, 2005.

MENNELL, Steffen. **Sociology of food: eating, diet, and culture**. Londres: SAGE Publication, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1991.

MINTZ, Sidney W. Comida e Antropologia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 47, 2001. p.33-39.

MOREIRA, Manuel Belo. **Globalização e Agricultura**. Oeiras: Celta, 2001.

MOREIRA, Manuel. Agriculture and Food in the Globalization Age. In: **International Journal of Sociology and Food**. v. 10, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEREIRA, Sonia Maria Fonseca. **Impactos da abertura comercial sobre o crescimento da economia de Cabo Verde**. 2005. Dissertação de Mestrado-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PIRES, M. de L. S. **Novos hábitos de consumo e relações de gênero no contexto da globalização dos alimentos**. 2003. Monografia de conclusão de curso-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

REIS, Vitor Manuel V. Dos. **Principais estratégias de desenvolvimento em confronto na Republica de Cabo Verde após a independência**. Dissertação de mestrado ISCTE, Lisboa, 2000.

SEN, Amartya. A Economia da Vida e da Morte. RBS. Anpocs ano 8, 23, 1993. p. 134-145.

SOUSA, Teixeira de. Aspecto do nosso problema alimentar. In: **Cabo Verde, Boletim de propaganda de Informação**. 1949. n.92, p. 15-16.

SOUSA, Teixeira de. Alimentação e Saúde nas ilhas de Cabo Verde. In: **Cabo Verde, Boletim de propaganda de informação**. 1957. n. 92, p. 3-10

SOUSA, Teixeira de. Alimentação racional para o cabo-verdiano de condição humilde. In: **Cabo Verde, Boletim de propaganda de informação**. 1950. n.15 p. 9-12

TEIXEIRA, Antonio. Coordenadas da agricultura em Cabo Verde. In: **Cabo Verde, Boletim de propaganda de informação**. 1960.n. 124, p.8-14.

WARDE, Alan. **Consumption, food and taste**. Londres: SAGE Publication, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas; o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos de Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 15, Out. 2000^a p. 69-129.

ANEXOS

**ANEXOS I – PÁGINAS DE ROSTO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS
ANALISADOS**

REPÚBLICA DE CABO VERDE

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

CONCILS

CNASA

DSSA

Estratégia Nacional e
Programa de Segurança Alimentar Durável numa
Perspectiva de Luta Contra a Pobreza para o período
2003-2007

Volume I: Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde

Praia, Junho de 2002.



REPÚBLICA DE CABO VERDE
Ministério das Finanças e do Planeamento

***DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E DE REDUÇÃO DA POBREZA
(DECRP)***

Edição revista, Setembro de 2004.



**O PERFIL DA POBREZA EM CABO VERDE
IDRF 2001/2002**



REPUBLICA DE CABO VERDE

**PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR
2007-2011**



MINISTERIO DO
AMBIENTE E AGRICULTURA



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA ALIMENTAÇÃO E
AGRICULTURA

PRAIA JUNHO 2006

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

I-Identificação das informantes

Nome
Idade
Estado civil
Profissão
Local de trabalho
Numero de filhos
Rendimento familiar

II- Mudanças no consumo de alimentos em Cabo Verde

- 1) Onde é que a senhora obtém frutas e verduras, verduras, cereais para seu consumo e consumo da sua família.
- 2) Segundo a sua observação considera que nos últimos 10 anos teve mudanças em relação aos alimentos que se consome em Cabo verde?
- 3) Indique razões que justifiquem essas mudanças.
- 4) O consumo da sua família sofreu alguma alteração nos últimos 10 anos quanto à inclusão de frutas, verduras e cereais?
- 5) Indique mercadorias que passou a incluir na sua dieta.
- 6) Tem observado mudanças nos locais de comercialização dos alimentos?(feiras, supermercados, loja).
- 7) o consumo da sua família foi de alguma forma influenciado por anúncios comerciais?
- 8) o consumo foi influenciado por preocupações com uma dieta saudável?
- 9) As suas refeições são feitas na sua maioria em casa ou na rua? Porque?
- 10) descreva mudanças ocorridas no consumo da sua família nas datas festivas.

III- Globalização

- 1) Já ouviu falar da globalização?
- 2) E da globalização dos alimentos?
- 3) como vê esse processo em Cabo verde?

ANEXO III – NÚMEROS ANUAIS DA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Importações de produtos alimentícios de 2002

Produtos	Anual	
	Valor\$ (ECV)	Peso (kg)
Leite em pó	736.363.858	2.648.488
Feijão	304.471.468	4.066.032
Milho	602.540.521	27.936.057
Arroz	793.198.059	23.988.103
Óleo alimentar	756.066.382	8.534.934
Açúcar	529.276.168	14.975.614
Farinha de trigo	171.791	2.434
Trigo	205.905.310	10.061.086
Total	3.927.993.557	92.212.748

Importações de produtos alimentícios de 2003

Produtos	Anual	
	Valor\$ (ECV)	Peso (kg)
Leite em pó	822.052.836	3.369.065
Feijão	295.952.888	4.548.447
Milho	625.899.979	33.253.914
Arroz	961.558.164	36.090.002
Óleo alimentar	464.414.529	6.974.279
Açúcar	247.322.469	8.473.019
Farinha de trigo	20.620.642	752.474
Trigo	197.346.002	10.449.322
Massas aliment.	31.508.238	476.936
Carnes-vaca/porco	32.212.518	127.607
Carnes-aves	9.102.003	54.596
Miudezas/peças	199.760.506	934.590
Total	3.907.750.774	105.504.251

Importações de produtos alimentícios de 2005

Produtos	Anual	
	Valor\$ (ECV)	Peso (kg)
Leite	970.828.460	3.702.526
Feijão	264.952.595	3.004.113
Milho	409.480.533	26.118.484
Arroz	1.093.956.867	31.085.414
Óleo alimentar	442.571.876	5.788.804
Açúcar	582.091.705	19.201.502
Farinha de trigo	79.186.465	2.927.902
Trigo	168.240.684	7.967.960
Massas aliment.	163.676.424	2.416.654
Carnes-vaca/porco	148.147.408	458.943
Carnes-aves	50.867.054	317.302
Miudezas/peças	643.635.547	4.986.854
Total	5.017.635.618	107.976.468

Importações de produtos alimentícios de 2004

Produtos	Anual	
	Valor\$ (ECV)	Peso (kg)
Leite	1.074.866.756	4.460.806
Feijão	199.443.908	2.726.795
Milho	285.961.496	17.428.637
Arroz	935.358.544	45.856.444
Óleo alimentar	640.642.427	7.828.866
Açúcar	374.180.457	14.727.076
Farinha de trigo	11.850.385	435.429
Trigo	317.166.562	14.858.525
Massas aliment.	139.818.490	2.370.328
Carnes-vaca/porco	111.204.887	370.406
Carnes-aves	29.982.764	161.710
Miudezas/peças	570.455.874	4.132.335
Total	4.690.932.550	115.357.357

ANEXO IV - Fotos do supermercado visitado¹⁹

Foto 1: Verduras expostas na gôndolas



¹⁹ Fotos feitas por Amaro Alexandre Santos da Luz

Foto 2: Produtos em conserva, exigência de um determinado tipo de consumidor



Fotos 3 e 4: Variedade de produtos nas gôndolas para atrair o consumidor

